



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL (UFFS) – CAMPUS ERECHIM

CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

SALETE TALÉIA CORDONE

Matrícula: 1115722004

LEONEL DE MOURA BRIZOLA:

O LEGADO DO ÚLTIMO GRANDE LIDER TRABALHISTA

ERECHIM/RS

2015

SALETE TALÉIA CORDONE

MATRÍCULA: 1115722004

LEONEL DE MOURA BRIZOLA:

O LEGADO DO ÚLTIMO GRANDE LIDER TRABALHISTA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em História da Universidade Federal da Fronteira Sul, como requisito para obtenção do título de Licenciado em História.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a: Isabel Rosa Gritti.

ERECHIM/RS

2015

DGI/DGCI - Divisão de Gestão de Conhecimento e Inovação

Cordone, Saete Taléia

LEONEL DE MOURA BRIZOLA: O Legado do Último Grande Líder Trabalhista/ Saete Taléia Cordone. -- 2015.
61 f.

Orientador: Isabel Rosa Gritti.

Trabalho de conclusão de curso (graduação) -
Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de História,
Erechim, RS, 2015.

1. Trabalhismo. 2. Brizolismo. 3. Política. 4.
Educação. 5. Memória. I. Gritti, Isabel Rosa, orient.
II. Universidade Federal da Fronteira Sul. III. Título.

SALETE TALÉIA CORDONE

LEONEL DE MOURA BRIZOLA:

O LEGADO DO ÚLTIMO GRANDE LÍDER TRABALHISTA

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado como requisito para obtenção de grau de Licenciada em História da Universidade Federal da Fronteira Sul.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Isabel Rosa Gritti

Este trabalho de conclusão de curso foi defendido e aprovado pela banca em: 11/12/2015

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Isabel Rosa Gritti – UFFS

Prof. Dr. Gerson Egas Severo – UFFS

Prof^a. Me. Gládis Helena Wolff – Museu Irmã Celina Schardong / Gaurama/RS

Dedico este trabalho aos meus avós, Guido e Leonora (in memoriam) que desde cedo estimularam meu amor pela História.

AGRADECIMENTO

Dedico especial gratidão àqueles que me geraram e me criaram e a todos aqueles que, dentro e fora da academia, dedicaram algum tempo de sua vida, do seu espaço para que esse trabalho e minha graduação fossem possíveis.

Agradeço ainda aos professores da UFFS – Erechim que se dedicaram à formação desta leva de novos historiadores e em especial à Prof. Isabel pela orientação. Agradeço também a todos os entrevistados que dispuseram parte de seu tempo contando suas histórias.

Agradeço a minha amiga de todas as horas Elisiane.

Enfim, a todos que direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação, o meu muito obrigado.

RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso busca analisar as implicações discursivas contidas na construção do imaginário acerca da figura pública e carismática de Leonel de Moura Brizola, que foi técnico agrícola, deputado estadual no RS, governador no RS e no RJ além de ocupar outros cargos antes e depois de seu exílio durante a ditadura civil militar brasileira. Para dar conta de tais objetivos, o presente trabalho é dividido em três eixos centrais: o primeiro, temos a apresentação os conceitos de história e memória, suas diferenças e intersecções, o segundo eixo que empreende uma viagem na história do Rio Grande do Sul afim de apresentar uma breve biografia das maiores figuras políticas trabalhistas do século XX e, por fim, no último eixo, problematizar a construção da figura de Leonel Brizola a partir da dissecação das produções histórico / literárias e de entrevistas com alguns “brizolistas” ainda vivos na região do Alto Uruguai onze anos após sua morte.

Palavras chave: Brizola. Trabalhismo. Política. Educação. Memória.

ABSTRACT

This work of course conclusion seeks to analyze the discursive implications contained in the construction of the imaginary of public and charismatic figure of Leonel de Moura Brizola, which was agricultural technician, state representative of RS, governor in RS and RJ besides occupying other positions before and after his exile which extended during the Brazilian military dictatorship civil. To realize these objectives, this work is divided into three main areas: on the first, will be presenting the concepts of history and memory, their differences and intersections, the second axis undertakes a journey in the history of Rio Grande do Sul in order to present a brief biography of the greatest figures of "Trabalhismo" twentieth century policies and, finally, the last axis, discuss about the construction of Leonel Brizola figure through of historical / literary and interviews productions with some "brizolistas" still alive in region of Alto Uruguai eleven years after his death.

Keywords: Brizola. Trabalhismo. Policy. Education. Memory.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	09
Cap.1 MEMÓRIA X HISTÓRIA E SUAS IMPLICAÇÕES PARA A POLÍTICA	13
1.1 POR UMA MEMÓRIA HISTÓRICA	16
1.2 POR UMA HISTÓRIA POLÍTICA	18
1.3 POR UM PANTEÃO POLÍTICO	20
Cap.2: OS GRANDES POLÍTICOS TRABALHISTAS GAÚCHOS	22
2.1 O TRABALHISMO GAÚCHO	25
2.2 GETÚLIO VARGAS	28
2.3 ALBERTO PASQUALINI	30
2.4 JOÃO GOULART	32
2.5 LEONEL BRIZOLA	34
3 BRIZOLA: O LEGADO DO ÚLTIMO GRANDE LIDER TRABALHISTA	37
3.1 DE CARAZINHO PARA A HISTÓRIA	38
3.2 O LEGADO PÓS MORTEM	43
3.2.1 Educação	44
3.2.2 Da Legalidade ao Golpe Militar	46
3.2.3 A Figura Histórica	48
3.2.4 Herdeiros Políticos	49
3.2.5 O Legado	51
CONSIDERAÇÕES FINAIS	54
REFERÊNCIAS	56
ANEXO A	61

INTRODUÇÃO

Ao longo dos séculos, a historiografia oficial¹ dedicou-se a construir as verdades acerca da história dos povos e nações a partir de fontes documentais², de maneira que eles ressignificam, revalidam e remontam um passado heroico, repleto de sagas e de personagens quase mitológicos que são “responsabilizados” pelo surgimento da sociedade organizada que estão inseridas. Principalmente com a emergência do século XX e, sua nova práxis de análise, denominada de história do tempo presente, e, sua singularidade de conviver com testemunhos e agentes históricos vivos, e a sua possibilidade de consulta e análise de seus depoimentos, aliadas as transformações das sociedades modernas e às mudanças no conteúdo arquivados (registros sonoros por exemplo), impulsionam uma revisão da função de fontes escritas e orais. Esses elementos consolidam-se como um vasto campo de pesquisa histórica, e sua possibilidade de desvelar o âmago das sociedades e de seus agentes transformadores. Para isso, é necessário que se trabalhe com alguns fatores que permeiam essas construções sociais e que direta ou indiretamente as influenciam.

Essas construções datam de uma Historiografia que para RÜSEN (1996) é:

[...] uma maneira específica de manifestar a consciência histórica. Ela geralmente apresenta o passado na forma de uma ordem cronológica de eventos que são apresentados como “factuais”, ou seja, como uma qualidade especial de experiência. Para propósitos comparativos, é importante saber como essa relação aos assim chamados fatos do passado é organizada e apresentada. Uma outra característica da historiografia é sua forma linguística. Ela é apresentada em verso ou em prosa? O que esses dois modos de apresentação de escrita indicam? É essa distinção a mesma através das fronteiras culturais? Na cultura ocidental, prosa indica uma certa racionalidade, um modo discursivo da experiência do passado na base de uma ideia integradora de sentido e evidência empírica. (Rüsen, 1996, p.13)

Neste cenário, buscamos analisar “o retorno do político e a revalorização do papel do sujeito que estimulam o estudo dos processos de tomada de decisão” (FERREIRA, 2002, p.315), tendo em vista que:

¹ Partimos de um conceito de historiografia que não considera apenas a efetiva produção do conhecimento histórico mas, também, na medida do possível, a sua disseminação social.

Estamos entendendo, então, por historiografia, não só a análise da produção do conhecimento histórico e das condições desta produção, mas, igualmente, o estudo de suas condições de reprodução, circulação, consumo e crítica. O momento da produção do conhecimento, portanto, não se confunde com o de sua disseminação social, ainda que sejam evidentes as possibilidades de ambos se relacionarem. (FICO; POLITO, 1992, p.

² [...] o documento escrito constitui uma fonte extremamente preciosa para todo pesquisador nas ciências sociais. Ele é, evidentemente, insubstituível em qualquer reconstituição referente a um passado relativamente distante, pois não é raro que ele represente a quase totalidade dos vestígios da atividade humana em determinadas épocas. Além disso, muito frequentemente, ele permanece como o único testemunho de atividades particulares ocorridas num passado recente (CELLARD, 2008: 295).

A linha historiográfica que explora as relações entre memória e história rompe com uma visão determinista que limita a liberdade dos homens, coloca em evidência a construção dos atores de sua própria identidade e reequaciona as relações entre passado e presente ao reconhecer claramente que o passado é construído segundo as necessidades do presente. (FERREIRA, 2002, p. 314)

Pois, o presente trabalho, tem como objetivo problematizar a relação estabelecida entre a sociedade sul rio-grandense e a figura do político Leonel de Moura Brizola, que se consolidou como uma das personagens mais influentes para a política no Rio Grande do Sul na segunda metade do século XX. De maneira em que analisaremos também o seu legado após a passagem da primeira década de sua morte. E, “A revitalização dos estudos de história política, ou o que tem sido chamado de o "retorno" da história política, guarda relações profundas com as mudanças de orientações teóricas que atingiram as ciências sociais de forma geral.” (GOMES, 1996, p. 63). Para diversos autores, este fenômeno é considerado “uma crise dos paradigmas estruturalistas então vigentes: o marxista, o funcionalista e também O de uma vertente da escola dos Annales.”(ibid, p.63), acarretando na não utilização de “explicações determinísticas, metodologicamente quantitativistas e marcadas pela "presença" de atores coletivos abstratos, não localizáveis no' tempo e no espaço.”(ibid, p.63), o que em tese, teria afetado “o campo das ciências humanas forçando-as a rever suas ambições totalizadoras e suas explicações racionalistas/materialistas”.(ibid, p.63),

Temos a possibilidade então, de adentrarmos em um campo que mexe com o imaginário das pessoas, bem como com as lembranças daqueles que dedicaram suas vidas à um ideal, a uma ideologia e muitas vezes a um amor incondicional à uma figura pública, enfim, no nosso caso, ao político Brizola e tudo o que ele representa.

SENTO-SÉ, trata-o como “imagem síntese do guerreiro e do estadista. O guerreiro dotado de tenacidade suficiente para enfrentar o inimigo externo, que se imiscui no país para perpetuar sua dependência e miséria.” (Sento-Sé, 1999, p.36). Prossegue: “O estadista dotado do saber necessário para identificar e neutralizar os elementos internos que se aliam ao inimigo externo.” (*ibid*, p.36).

Neste sentido, “Os vínculos com a tradição são fundamentais para a construção dessa imagem, que confere sentido à história brasileira e à pertinência da ascensão de Brizola. (SENTO-SÉ, 1999. p. 36). Ou seja, sua figura é diretamente ligada as tradições estabelecidas ao longo de muitas décadas (sua atuação enquanto figura pública é o carro chefe desta

consolidação) e à um discurso³ que nas palavras de PINTO (1989):

[...]só exerce poder pela identificação, pela adesão espontânea. O exercício do poder do discurso passa muito de perto pelo conceito gramsciano de hegemonia – liderança intelectual aceita espontaneamente. Mister é enfatizar aqui que a referência à identificação e espontaneidade não pressupõe qualquer proximidade com as noções de voluntarismo e espontaneísmo. A capacidade de um discurso de exercer poder está definitivamente associada à sua capacidade de responder demandas, de se inserir no conjunto de significados de uma dada sociedade, reconstruindo posições e sujeitos. (Pinto, 1989, p.36)

Discurso este, que é respaldado pelo regionalismo⁴ pujante encontrado no Rio Grande do Sul, mas que não é exclusividade sua pois “a afirmação de identidades regionais no Brasil pode ser encarada como uma reação a uma homogeneização cultural e como uma forma de salientar as diferenças culturais.” (OLIVEN, 1992, p. 43). Para o mesmo autor, a ideia da “redescoberta das diferenças e a atualidade da questão da federação numa época em que o país se encontra bastante integrado do ponto de vista político, econômico e cultural sugere que no Brasil o nacional passa primeiro pelo regional” (p. 43).

Esses traços sociais de pertencimento⁵, tornam a análise proposta neste trabalho mais complexa, tendo em vista que:

Toda consciência de comunidade implica a consciência de um “lado de dentro” e de um “lado de fora”, de um “nós” e de um “eles”, de um pertencer-posse – nós pertencemos a este grupo e este grupo pertence a nós. Imediatamente, a desconfiança dos grupos vizinhos chega à superfície, podendo variar do desdém ao ciúme, do escárnio à briga, e se completar com momentos de auge, como fêtes, demonstrações ou competições. Em que momento, com que amplitude, com que grau de intensidade e permanência, com que no mínimo de vontade política uma psicologia de comunidade manifesta apreço a uma entidade que pode ser chamada de nação? Este é o problema do historiador, pois o fenômeno realmente existe e, perante nossos olhos, tem desempenhado um papel inestimável. É impossível lhe atribuir um juízo de valor, uma vez que foi sempre positivo e negativo, revolucionário e conservador, cheio de ações admiráveis e de horrores sangrentos (VILAR, 1979, p. 100).

WILLIAMS (2007), corrobora com Vilar, ao tratar comunidade enquanto sentimento de pertencimento, “uma Comunidade pode ser uma palavra calidamente persuasiva para

³ Chamaremos de discurso um conjunto de enunciados, na medida em que se apóiem na mesma formação discursiva; ele não forma uma unidade retórica ou formal, indefinidamente repetível e cujo aparecimento ou utilização poderíamos assinalar (e explicar, se for o caso) na história; é constituído de um número limitado de enunciados para os quais podemos definir um conjunto de condições de existência. (FOUCAULT, 1995, p.135)

⁴ se expressa historicamente em uma determinada regionalização, enquanto projeção do espaço de atuação do Estado sobre o território, e em diversas formas de regionalismo, enquanto expressão de ajustes contraditórios em alguns casos até antagônicos, quando então se configura uma questão nacional deste espaço projetado com a sociedade civil territorialmente organizada" (EGLER, 1995, p. 218)

⁵ cf. ANDERSON em sua obra Comunidades Imaginadas (2008).

descrever um conjunto existente de relações, ou palavra calidamente persuasiva para descrever um conjunto alternativo de relações.”(p. 104) E segue afirmando que o mais importante, seria que: “diferentemente de todos os outros termos de organização social (Estado, nação, sociedade etc.) ela parece jamais ser usada de modo desfavorável e nunca receber nenhum termo positivo de oposição ou de distinção” (Williams, 2007, p.104)

E, neste contexto, queremos trabalhar também as implicações discursivas⁶ contidas na construção do imaginário acerca da figura pública e do homem carismático chamado Leonel de Moura Brizola, que foi técnico agrícola, deputado estadual no RS, governador no RS e no RJ além de ocupar outros cargos antes e depois de seu exílio durante a ditadura civil militar brasileira.

Para dar conta de tais objetivos, o presente trabalho será dividido em três eixos centrais: no capítulo primeiro, debateremos os conceitos de história e memória, suas diferenças e intersecções, o segundo eixo que empreende uma viagem na história do Rio Grande do Sul afim de apresentar as suas maiores figuras políticas trabalhistas do século XX e, por fim, no último capítulo problematizar a construção da figura de Leonel Brizola a partir da dissecação das produções histórico / literárias e de entrevistas com alguns “brizolistas” ainda vivos na região do Alto Uruguai após a passagem de uma década de sua morte.

⁶ As relações discursivas, como se vê, não são internas ao discurso: não ligam entre si os conceitos ou as palavras; não estabelecem entre as frases ou as proposições uma arquitetura dedutiva ou retórica. Mas não são, entretanto, relações exteriores ao discurso, que o limitariam ou lhe imporiam certas formas, ou o forçariam, em certas circunstâncias, a enunciar certas coisas. Elas estão, de alguma maneira, no limite do discurso: oferecem-lhe objetos de que ele pode falar, ou antes (pois essa imagem da oferta supõe que os objetos sejam formados de um lado e o discurso do outro), determinam o feixe de relações que o discurso deve efetuar para poder falar de tais ou quais objetos, para poder abordá-los, nomeá-los, analisá-los, classificá-los, explicá-los, etc. Essas relações caracterizam não a língua que o discurso utiliza, não as circunstâncias em que ele se desenvolve, mas o próprio discurso enquanto prática. (FOUCAULT, 1995, p. 52-53)

1 MEMÓRIA X HISTÓRIA E SUAS IMPLICAÇÕES PARA A POLÍTICA

“A história do presente ou a história no presente exige uma reflexão sobre o ato de escrever a História, sobre a equação subjetiva do historiador.”⁷ (DOSSE, 2011, p. 11).

Com as palavras de François Dosse, iniciamos o primeiro capítulo deste trabalho, destinado a abordar a conceituação de memória, sua intersecção com a história, e como ambas se inter-relacionam com a política e sua construção de ideologias e expoentes.

Produções acerca dos conceitos de história e memória e suas diferenças estão surgindo em profusão na academia, tendo em vista que o senso comum os trata enquanto sinônimos, dois lados de uma mesma moeda. É corriqueiro, as pessoas abordarem elementos do seu passado e o tratem como sua história de vida e não como suas memórias, experiências ou vivências. “Quando conta a sua história, o sujeito narra o seu percurso de vida e passa a retomar alguns sentidos dados ao longo dessa trajetória; mas não só isso: passa também a redefini-los, a reorientá-los e, principalmente, a construir novos sentidos para essa história.” (MORAES, 2004, p.170).

Não sendo diferente com a rememoração⁸ do passado de uma nação e de seus ícones, movimento mecanicamente denominado como recuperação da história de uma nação⁹ e de suas personagens mais importante. Neste sentido, “inúmeras vezes, através de uma relação tensa de busca de apropriação e reconstrução da memória pela história.” (DELGADO, 2003, p.10). Esta inter-relação é tensionada em momentos que ocorrem recomposições de lembranças, pesquisas acerca de guerras, conflitos de ordem ideológica, étnica, política, cultural ou na reconstrução do cotidiano, enfim, tudo aquilo que acirre as lutas pelo poder. Delgado segue: “o tempo, entretanto, atua modificando ou reafirmando o significado do passado. Sem qualquer previsibilidade do que virá a ser, o tempo, todavia, projeta utopias e desenha com as cores do presente, tonalizadas pelas cores do passado, as possibilidades do

⁷ O conceito remete em sua acepção extensiva ao que é do passado e nos é ainda contemporâneo, ou ainda, apresenta um sentido para nós do contemporâneo não contemporâneo. A noção de “tempo presente” se torna nesse contexto um meio de revisitação do passado e de suas possíveis certezas, como também as possíveis incertezas. A distância temporal que nos separa do passado se transforma, porque até então considerada uma desvantagem, ela se transforma em uma sedimentação de camadas sucessivas de sentido que expandem o seu alcance graças à maior profundidade. (Dosse, 2011, p.12)

⁸ (...) a “rememoração” [...] proporciona o sentimento da distância temporal; mas ela é a continuidade entre presente, passado recente, passado distante, que me permite remontar sem solução de continuidade do presente vivido até os acontecimentos mais recuados da minha infância. (RICOEUR, 1996, p.8)

⁹ A memória nacional é o caldo de cultura, por excelência, para a formulação e desenvolvimento da identidade nacional, das ideologias da cultura nacional e, portanto, para o conhecimento histórico desses fenômenos. (MENEZES, 1992, p. 15).

futuro almejado”. (*ibid*, p.10)

LOWENTHAL (1998) afirma que “Toda consciência do passado está fundada na memória. Através das lembranças recuperamos consciência dos acontecimentos anteriores, distinguimos ontem de hoje, e confirmamos que já vivemos um passado.” (*Ibid*, p. 75).

NEVES (1998) também apresenta a importância da memória:

O conceito de memória é crucial porque na memória se cruzam passado, presente e futuro; temporalidades e espacialidades; monumentalização e documentação; dimensões materiais e simbólicas; identidades e projetos. É crucial porque na memória se entrecruzam a lembrança e o esquecimento; o pessoal e o coletivo; o indivíduo e a sociedade, o público e o privado; o sagrado e o profano. Crucial porque na memória se entrelaçam registro e invenção; fidelidade e mobilidade; dado e construção; história e ficção; revelação e ocultação.” (Neves, 1998, p. 218)

A memória pode ser dividida em duas partes distintas, a memória individual¹⁰ e a memória coletiva. A primeira, é aquela guardada pelo indivíduo, a partir de suas vivências, experiências bem como elementos ligados ao grupo em que foi socializado. A segunda, é mais complexa pois envolve memórias, eventos, experiências de um grupo maior de pessoas inseridos em uma sociedade dotada de uma memória oficial, composta por lugares de memória.¹¹

Neste sentido, “estudar as memórias coletivas fortemente constituídas, como a memória nacional, implica preliminarmente a análise de sua função. A memória, essa operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar, se integra” (POLLAK, 1989, p.09). Estas tentativas, que são “mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes: partidos, sindicatos, igrejas, aldeias, regiões, clãs, famílias, nações etc” (*ibid*, p.9). Sendo então, a referenciação ao passado necessária “para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementariedade, mas também as oposições irreduzíveis” (*ibid*, p.9).

São portanto, elementos constitutivos da memória individual e coletiva, “acontecimentos dos quais a pessoa nem sempre participou mas que, no imaginário, tomaram tamanho relevo que, no fim das contas, é quase impossível que ela consiga saber se participou

¹⁰ A memória individual pode contribuir, portanto, para a recuperação da memória das cidades. A partir dela, ou de seus registros, pode-se enveredar pelas lembranças das pessoas e atingir momentos urbanos que já passaram e formas espaciais que já desapareceram. A importância desse resgate para a identidade de um lugar é inquestionável, e é por isso que as "histórias orais" e as "memórias de velhos" vêm hoje se difundindo bastante no Brasil. (ABREU, 1998, p. 11)

¹¹ lugar de memória: toda unidade significativa, de ordem material ou ideal, da qual a vontade dos homens ou o trabalho do tempo fez um elemento simbólico do patrimônio da memória de uma comunidade qualquer. (NORA, 1997, p.20)

ou não.” (POLLAK, 1989 p.2). O que nos remete também a ideia de que é “perfeitamente possível que, por meio da socialização política, ou da socialização histórica, ocorra um fenômeno de projeção ou de identificação com determinado passado, tão forte que podemos falar numa memória quase que herdada”. (*ibid.* p.03)

Para PORTELLI (1996),

se toda memória fosse coletiva, bastaria uma testemunha para uma cultura inteira; sabemos que não é assim. Cada indivíduo, particularmente nos tempos e sociedades modernos, extrai memórias de uma variedade de grupos e as organiza de forma idiossincrática. Como todas as atividades humanas, a memória é social e pode ser compartilhada (razão pela qual cada indivíduo tem algo a contribuir para a história “social”); mas do mesmo modo que langue se opõe à parole, ela só se materializa nas reminiscências e nos discursos individuais. Ela só se torna memória coletiva quando é abstraída e separada da individual: no mito e no folclore (uma história para muitas pessoas: o bom alemão), na delegação (uma pessoa para muitas histórias: Ida Baló), nas instituições (sujeitos abstratos – Escola, Igreja, Estado, partido – que organizam memórias e rituais num todo diferente da soma de suas partes) (PORTELLI, 1996: 127).

Concomitante a esses acontecimentos, a memória traz pessoas e personagens. Podemos utilizar a mesma esquematização para explicar este fenômeno, pois existem as personagens que estão presentes fisicamente no decorrer da vida, e aqueles que são conhecidos, mas não fazem parte do tempo/espaço do indivíduo. Che Guevara, Lenin, Margareth Thatcher, Malcolm X, Getúlio Vargas e Leonel Brizola são alguns exemplos.

Para BOSI (1994), “hoje, a função da memória é o conhecimento do passado que se organiza. Ordena o tempo, localiza cronologicamente. Na aurora da civilização grega, ela era vidência e êxtase.” (Bosi, 1994, p. 89).

POULET (1992) atribui à memória a capacidade de manter o tempo e o espaço sob sua tutela pois graças a ela, “o tempo não está perdido, e se não está perdido, também o espaço não está.” (p.54) e como consequência, temos “ao lado do tempo reencontrado está o espaço reencontrado ou para ser mais preciso, está um espaço, enfim reencontrado, um espaço que se encontra e se descobre em razão do movimento desencadeado pela lembrança”. (p. 54-5)

Portanto, a memória é um elemento que forja a construção dos estados nacionais bem como a construção das identidades coletivas HALL (2003) afirma que estas identidades são formadas a partir das vivências, não sendo “coisas com as quais nascemos, mas são formadas e transformadas no interior da representação” (p.49). e, que, “a nação não é apenas uma entidade política, mas algo que produz sentidos – um sistema de representação cultural. As pessoas não são apenas cidadãos/ãs legais de uma nação: elas participam da ideia da nação tal como é representada em sua cultura nacional” (*ibid.*, p.49).

Na mesma obra,

[...]As identidades nacionais não subordinam todas as outras formas de diferença e não estão livres do jogo de poder, de divisões e contradições internas, de lealdades e de diferenças sobrepostas. Assim, quando vamos discutir se as identidades nacionais estão sendo deslocadas, devemos ter em mente a forma pela qual as culturas nacionais contribuem para costurar as diferenças numa única identidade (*ibid*, p.65).

A partir disso, vamos interseccionar os usos da memória com a ciência histórica, tendo em vista que os seus elementos construtivos influenciam diretamente na formação da historicidade dos fatos presentes ou passados, pois "A memória poderá ser conservação ou elaboração do passado, mesmo porque o seu lugar na vida do homem acha-se a meio caminho entre o instinto, que se repete sempre, e a inteligência, que é capaz de inovar." (BOSI, 1994, p.68).

1.1POR UMA MEMÓRIA HISTÓRICA

Com os avanços da historicidade e dos novos atores sociais, após o advento da Escola dos Annales, e, sua consolidação após o surgimento da Nova História Cultural, “o passado deixou de ser resgatado a partir de uma estrutura pré-determinada e passou a ser compreendido a partir dos grupos sociais envolvidos em sua construção” (SANTOS, 2003, 78). A história não pode mais ser considerada “uma sucessão cronológica de acontecimentos e de datas, mas tudo aquilo que faz com que um período se distinga dos outros, e cujos livros e narrativas¹² não nos apresentam em geral senão um quadro bem esquemático e incompleto” (HALBWACHS, 2004 p. 64). Esse quadro incompleto que encontramos na fala de Halbwachs¹³ só pode ser minimamente completado a partir de uma análise mais completa do objeto de estudo, não só aquilo que está nos livros ou cristalizado na memória oficial da sociedade¹⁴.

¹² Trata-se de imaginar a narrativa como esta linha que caminha para frente, mas que é capaz de aceitar reviravolta e interrupções. Uma linha que pode se desdobrar em três, quatro, dez, quadros. Quadros com um desenvolvimento relativamente autônomo. Quadros que podem parar, recuar em relação à linha fundamental, e que se relacionam entre si, formando uma espécie de teia, capaz de enredar a narrativa. (ARAÚJO, 1998, p. 244)

¹³ A afirmação central de Halbwachs sobre a memória é a de que, quaisquer que sejam as lembranças do passado que possamos ter — por mais que pareçam resultado de sentimentos, pensamentos e experiências exclusivamente pessoais —, elas só podem existir a partir dos quadros sociais da memória. (...) Se passarmos a compreender que nossas lembranças relacionam-se a quadros sociais mais amplos, compreendemos também que o passado só aparece a nós a partir de estruturas ou configurações sociais do presente, e que memórias, embora pareçam ser exclusivamente individuais, são peças de um contexto social que não só nos contém como é anterior a nós mesmos. SANTOS, 1998, s/p)

¹⁴ Embora na maioria das vezes esteja ligada a fenômenos de dominação, a clivagem entre memória oficial e dominante e memórias subterrâneas, assim como a significação do silêncio sobre o passado, não remete

Até porque, “além de uma produção de discursos organizados em torno de acontecimentos e de grandes personagens, os rastros desse trabalho de enquadramento são os objetos materiais: monumentos, museus, bibliotecas etc.” (POLLAK, 1989, p.10). Portanto, “a memória é assim guardada e solidificada nas pedras: as pirâmides, os vestígios arqueológicos, as catedrais da Idade Média, os grandes teatros, as óperas da época burguesa do século XIX, atualmente, os edifícios dos grandes bancos”. (*ibid.* p.10)

Para RICOEUR, “história opera e exige uma objetividade própria, que lhe convém; a maneira como ela cresce e se renova no-lo atesta: procede a história sempre da retificação da arrumação oficial e pragmática feita pelas sociedades tradicionais com relação a seu passado.” (p.24) Ainda para essas retificações não são diferentes “do espírito de retificação operada pela ciência física em relação ao primeiro arranjo das aparências na percepção e nas cosmologias que lhes são tributárias” (*ibid.* p.24)

Esta multiplicidade de interpretações, facilita a aproximação da história com a memória, e também para refirmar seu caráter oposto, enquanto a história trabalha com descontinuidades, investigando elementos renegados pela memória¹⁵, esta, busca uma formatação linear de trajetória. De maneira que precisamos ter em mente que, estes elementos estudados são repletos de figuras discursivas e ideológicas¹⁶.

Cada grupo produz, reproduz ou molda sua memória histórica de acordo com os seus interesses¹⁷, cultuando figuras que, em tese, não tem uma trajetória tão grandiosa quanto é apresentado pelo seu grupo. Para THIESSE (2000),

uma história que estabelece uma continuidade com os ilustres antepassados, uma série de heróis modelos das virtudes nacionais, uma língua, monumentos culturais, um folclore, locais eleitos e uma paisagem típica, uma determinada mentalidade, representações oficiais – hino e bandeira – e identificações pitorescas – trajes, especialidades culinárias ou um animal emblemático (Thiesse, 2000, p.18)

Neste cenário, é necessário que analisemos também, sob a luz da história política a construção destes símbolos que compõem e panteão identitário das sociedades

forçosamente à oposição entre Estado dominador e sociedade civil. Encontramos com mais frequência esse problema nas relações entre grupos minoritários e sociedade englobante. (POLLAK, 1989, p.05)

¹⁵“A contradição mais flagrante da História é sem dúvida o fato de seu objeto ser singular, um acontecimento, uma série de acontecimentos, de personagens que só existem uma vez, enquanto que seu objetivo, como o de todas as ciências é atingir o universal, o geral, o regular” (LE GOFF, 1984, p. 169)

¹⁶“Fazem sonhar, embriagam os povos, engendram neles falsas lembranças, exageram seus reflexos, conservam suas velhas feridas, atormentam-nos no seu repouso, conduzem nos ao delírio de grandezas ou ao da perseguição, tornam as nações amargas, soberbas, vãs, insuportáveis.” (VALÉRY, 1960, p. 935)

¹⁷ A memória do grupo sendo a marca ou sinal de sua cultura, possui algumas evidências bastante concretas. A primeira e mais penetrante dessas finalidades é a da própria identidade. A memória do grupo baseia-se essencialmente na afirmação de sua identidade (WEHLING, 2003, 13)

contemporâneas.

1.2 POR UMA NOVA HISTÓRIA POLÍTICA

Tradicionalmente, a História Política é vinculada ao poder¹⁸. Tentou ser memória também, e, durante séculos, buscou lembrar e ensinar a partir de exemplos ilustres – caso d’O Príncipe¹⁹ de Nicolau Maquiavel, que teve uma edição com notas de ninguém menos que Napoleão Bonaparte – o que servia de objeto de estudo para pedagogos, juristas, filósofos, e é claro, políticos. Este campo abriga inúmeros interesses, capazes de mudar os rumos dos acontecimentos históricos, tensionamentos, crises, guerras, acordos de paz e afins:

[...]o campo político é o lugar em que se geram, na concorrência entre os agentes que nele se acham envolvidos, produtos políticos, problemas, programas, análises, comentários, conceitos, acontecimentos, entre os quais os cidadãos comuns, reduzidos ao estatuto de ‘consumidores’, devem escolher, com probabilidades de mal-entendido tanto maiores quanto mais afastados estão do lugar de produção. [...] Os que dominam o partido e têm interesses ligados com a existência e a persistência desta instituição e com os ganhos específicos que ela assegura, encontram na liberdade, que o monopólio da produção e da imposição dos interesses políticos instituídos lhes deixa, a possibilidade de imporem os seus interesses de mandatários como sendo os interesses de seus mandantes. E isto passa-se sem que nada permita fazer a prova completa de que os interesses assim universalizados e plebiscitados dos mandatários coincidam com os interesses não expressos dos mandantes, pois os primeiros têm o monopólio dos instrumentos de produção dos interesses políticos, quer dizer, politicamente expressos e reconhecidos, dos segundos. (BORDIEU p. 164-168)

Esse complexo jogo de interesses, não pode ser deixado em segundo plano nas análises das sociedades e da construção de seu passado “histórico”, cabendo ao historiador político²⁰, fazer as distinções necessárias. Esta abordagem durou até o final do século XIX, e tinha como principal enfoque a política dos grandes homens e dos grandes estados.

¹⁸ “Poder”, como “cultura”, é entretanto uma palavra complexa, polissêmica, que se abre como campo de disputas para múltiplos sentidos e como objeto para multi diversificadas apropriações. Temos aqui palavras que são verdadeiros espelhos de muitas faces, que se transfiguram conforme os seus usos ou as intenções que as animam, que se transformam, que se comprimem ou se alargam ao longo da sua história léxica. A palavra “poder” é como uma armadura que se tem oferecido para muitas batalhas historiográficas, verdadeira arena que estimula confrontos internos dos quais podem emergir vencedores, neste ou naquele momento, alguns sentidos mais específicos ou mais abrangentes. Será portanto necessário examiná-la tendo em vista as várias nuances internas que esta palavra torna possíveis. (BARROS,2015, s/p)

¹⁹ Ver: MAQUIAVEL, Nicolau. O príncipe: comentado por Napoleão Bonaparte. Publicações Europa-América, 1976.

²⁰ É o Poder, com as suas apropriações e as relações por ele geradas, com os seus mecanismos de imposição e transmissão, com a sua perpetuação através da Ideologia, com a sua organização através das redes de atores sociais e com as suas possibilidades de confrontação através de fenômenos coletivos como as Revoluções ou de resistências individuais no âmbito dos micro-poderes, e com tudo o mais que ao Poder se refere, o que constitui mais propriamente o território do historiador político. (BARROS, 2015, s/p).

No início do século XX, uma nova História Política emergiu, e continuou a preocupar-se com o poder, todavia fugia do estereótipo de grandes Estados e de grandes homens, passando a vislumbrá-lo em todas as suas nuances, desde os micropoderes utilizados na vida cotidiana das pessoas, nos sistemas representativos, nas palavras, nos discursos e assim por diante.

Com seu fortalecimento, já na segunda metade do século, agregou novos atores às suas ações, trazendo para o debate uma história vista e vivida de “baixo” que ora trabalhava com as grandes massas anônimas, ora com o indivíduo “comum”, analisava-se o individual na busca pela compreensão do global. A antítese da “velha” história política.

O “poder” que acreditava-se emanar do Estado e das grandes instituições (século XIX), capaz de promover revoluções para por exemplo, destronar um rei e manter a centralidade de uma ordem preestabelecida, de acordo com esta nova ótica, que foi se impondo lentamente, o poder,

[...] é aquilo que exercemos também na nossa vida cotidiana, uns sobre os outros, como membros de uma família, de uma vizinhança ou de uma comunidade falante. “Poder” é o que exercemos através das palavras ou das imagens, através dos modos de comportamento, dos preconceitos. O “Poder” apresenta-se a todo instante neste imenso teatro social no qual todos ocupamos simultaneamente a função de atores e de espectadores – daí que se possa falar hoje em um “teatro do poder” quando examinamos a política nas várias épocas históricas. Poder, no decurso de uma série de novas lutas políticas e sociais que redefiniu radicalmente a sociedade em que vivemos, é aquilo os homens aprenderam a reconhecer nas mulheres, que as maiorias aprenderam a reconhecer nas minorias, que o mundo da ordem aprendeu a reconhecer na marginalidade, que os adultos que aprenderam a reconhecer nos mais jovens. Essa compreensão mais abrangente da noção de “poder” redefine, obviamente, os sentidos para o que se deve entender por História Política. (BARROS, 2015, s/p)

Com esta nova perspectiva, percebemos que mesmo sofrendo retaliação pelos pensadores da historiografia moderna, principalmente pós Escola dos Annales, a história política tradicional ganhou uma sobrevida e uma nova roupagem nas últimas décadas “ [...] a Guerra, a Diplomacia, as Instituições, ou até mesmo a trajetória política dos indivíduos que ocuparam lugares privilegiados na organização do poder.” (ibid, s/p).

Para JULLIARD (1988):

A história política é psicológica e ignora os condicionamentos; é elitista, talvez biográfica, e ignora a sociedade global e as massas que a compõem; é qualitativa e ignora as séries; o seu objetivo é particular e, portanto, ignora a comparação; e narrativa e ignora a análise; é idealista e ignora o material; é ideológica e não tem consciência de sê-lo; é parcial e não o sabe; prende-se ao consciente e ignora o inconsciente; visa os pontos precisos, e ignora o longo prazo; em uma palavra, já que esta palavra tudo resume na linguagem dos historiadores, é uma história factual

(Julliard, 1988, p. 180-181)

Esta valorização da história política tradicional perpassa pelo destaque às relações políticas estabelecidas entre os mais diversos grupos sociais. Elementos que estavam a feição da história social e aos movimentos sociais e políticos envolvidos em processos de transformação social, revolucionários ou não, retornam para a linha política, afinal elas reafirmam o interesse às “relações interindividuais (micropoderes, relações de poder no interior da família, relacionamentos intergrupais), bem como o campo das representações políticas, dos símbolos, dos mitos políticos, do teatro do poder, ou do discurso” (BARROS, 2015, s/p).

1.3 REVISITANDO A HISTÓRIA POLÍTICA REGIONAL ATRAVÉS DA HISTÓRIA ORAL

Como vimos, a história política está diretamente ligada às relações de poder estabelecidas entre os atores sociais encontrados nos mais diversos grupos de atuação. E a partir disso, trazemos outro elemento para nos auxiliar na compreensão destas relações, a história oral, que teve suas origens como ferramenta de pesquisas qualitativas como forma de valorização de memória, sendo inicialmente empregada pela área de antropologia, ganhando força enquanto fonte de pesquisa, pois produz novas opiniões, visões, trazendo à luz do debate acadêmico, novos atores sociais, fatos históricos desconhecidos e, muitas vezes novas versões de acontecimentos já cristalizados no âmago da sociedade.

A História Oral, é uma história que se desenvolve ao redor de pessoas, a partir das suas vivências, que torna possível captar evidências que ultrapassam as documentais. Nas palavras de THOMPSON (1992),

A história oral não é necessariamente um instrumento de mudança, isso depende do espírito com que seja utilizada. Não obstante, a história oral pode certamente ser um meio de transformar tanto o conteúdo, quanto a finalidade da história. Pode ser utilizada para alterar o enfoque da própria história e revelar novos campos de investigação; (...) pode devolver às pessoas que fizeram e vivenciaram a história, um lugar fundamental, mediante suas próprias palavras. (Thompson, 1992, p. 24)

Essa ligação entre a história política e a história oral, nos possibilita analisar as relações estabelecidas entre os homens “comuns” e os heróis nacionais e regionais de cada tempo, neste caso específico a figura de Leonel Brizola, a partir do olhar de brizolistas do Alto Uruguai gaúcho. A figura de Brizola é referência política nacional, mas sua influência se

sobressai no Rio Grande do Sul, seu estado natal, e no Rio de Janeiro seu último domicílio eleitoral.

Tendo em vista que:

Na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e idéias de hoje, as experiências do passado. A memória não é sonho, é trabalho. Se assim é, deve-se duvidar da sobrevivência do passado, "tal como foi", e que se daria no inconsciente de cada sujeito. A lembrança é uma imagem construída pelo materiais que estão, agora, à nossa disposição, no conjunto de representações que povoam nossa consciência atual. Por mais nítida que nos pareça a lembrança de um fato antigo, ela não é a mesma imagem que experimentamos na infância, porque nós não somos os mesmos de então e porque nossa percepção alterou-se e, com ela, nossas idéias, nossos juízos de realidade e de valor. O simples fato de lembrar o passado, no presente, exclui a identidade entre as imagens de um e de outro, e propõe a sua diferença em termos de ponto de vista. (BOSI, 1994, p.55)

A escolha pela história oral para analisar o legado de Brizola se dá por dois motivos principais: a falta de fontes jornalísticas acerca dos dez anos de sua morte, e principalmente, pela possibilidade de contato direto com pessoas que dedicaram suas vidas à um ideal, e que tem na figura dele seu líder, seu herói, aquele que representa a boa política.

Cap.2: OS GRANDES POLÍTICOS TRABALHISTAS GAÚCHOS

O Rio Grande do Sul ocupou ao longo de sua história uma posição singular na política do Brasil, devido à sua localização fronteiriça, à sua posição estratégica na Bacia do Prata, a forma de seu povoamento e a sua economia. O Estado foi e é frequentemente contraposto aos demais Estados da Federação. Não raro, a tensão entre autonomia e integração é objeto de estudo.²¹

A posição estratégica do Rio Grande do Sul faz com que ele seja visto como uma área limítrofe, que estaria nas margens do Brasil e que poderia tanto fazer parte dele como de outros países, dependendo do resultado das forças históricas em jogo. Respondendo a uma escritora nordestina que considerava os gaúchos acastelhanados e pertencendo mais à órbita platina do que à brasileira, Érico Veríssimo, o grande romancista do Rio Grande do Sul, assim definiu esta situação de liminaridade:

Somos uma fronteira. No século XVIII, quando soldados de Portugal e Espanha disputavam a posse definitiva deste então 'imenso deserto', tivemos de fazer a nossa opção: ficar com os portugueses ou com os castelhanos. Pagamos um pesado tributo de sofrimento e sangue para continuar deste lado da fronteira meridional do Brasil. Como pode você acusar-nos de espanholismo? Fomos desde os tempos coloniais até o fim do século um território cronicamente conflagrado. Em setenta e sete anos tivemos doze conflitos armados, contadas as revoluções. Vivíamos permanentemente em pé de guerra. Nossas mulheres raramente despiam o luto. Pense nas duras atividades da vida campeira — alçar, domar e marcar potros, conduzir tropas, sair da faina diária quebrando a geadas nas madrugadas de inverno — e você compreenderá por que a virilidade passou a ser a qualidade mais exigida e apreciada do gaúcho. Esse tipo de vida é responsável pelas tendências algo impetuosas que ficaram no inconsciente coletivo deste povo, e explica a nossa rudeza, a nossa às vezes desconcertante franqueza, o nosso hábito de falar alto, como quem grita ordens, dando não raro aos outros a impressão de que vivemos num permanente estado de cavalaria. A verdade, porém, é que nenhum dos heróis autênticos do Rio Grande que conheci, jamais 'proseou', jamais se gabou de qualquer ato de bravura seu. Os meus coestaduanos que, depois da vitória da Revolução de 1930, se tocaram para o Rio, fantasiados, e amarraram seus cavalos no obelisco da Avenida Rio Branco — esses não eram gaúchos legítimos, mas paródias de opereta" (Veríssimo, 1969, p. 3-4).

Como podemos perceber, na citação de Veríssimo temos cinco elementos corriqueiramente evocados no discurso gaúcho. O primeiro, o caráter fronteiriço do estado. O

²¹ A história do Rio Grande do Sul no sul do Brasil confunde-se com a história das lutas pela demarcação dos limites. No decorrer de dezenas de anos, sucessivos acordos diplomáticos (tratados) sobre limites foram assinados entre Portugal e Espanha, que dizem respeito ao sul do atual Brasil, fizeram com que o Estado do Rio Grande do Sul obtivesse o seu contorno atual no início do século XX, depois de anos de vaivém de fronteiras. Esses tratados influíam na forma econômico-social e política de agir dos homens que habitavam a região, destarte, tais ações tiveram, de ambas as nações, o intuito de tirar o maior proveito do que se pudesse explorar, por ordem ou permissão tácita de cada Coroa. (MURADAS, 2008, p.8)

segundo é a escolha pela sua inserção no Brasil e não no antigo Império Espanhol. O terceiro é o custo alto desta opção, ficando caracterizado nas guerras travadas pelo estado e a própria insurreição contra o governo central. O quarto elemento desta composição, idealização do tipo social destas plagas, o gaúcho, estereótipo másculo, bravo daqueles que dioturnamente, lidam com as forças da natureza hostil em uma difícil vida “campeira. E por fim, o quinto e último elemento, a autenticidade dos usos e costumes do povo gaúcho.

Esta perspectiva repleta de adversidades que estão no horizonte do gaúcho, aliada a necessidade de lutar pela soberania fronteiriça, contra a postura opressiva do governo brasileiro e contra os conflitos no âmago da sociedade gaúcha, em tese, explicariam o caráter belicoso incorporado no inconsciente coletivo gaúcho. Peculiaridades estas que praticamente mitificam as representações em torno da figura do gaúcho até os dias atuais.

As peculiaridades da relação entre o Rio Grande do Sul e o Brasil ficam evidenciadas de forma simbólica na bandeira do Rio Grande do Sul, que é formada por três faixas coloridas: uma verde, a outra amarela, ambas evocando as cores da bandeira nacional, separadas por uma faixa vermelha denotando o sangue que foi derramado na história do estado. No centro desta faixa vermelha, que simboliza de forma tão veemente a quota de sacrifício paga pelos gaúchos por integrarem a federação, há um escudo que contém, entre outras coisas, canhões, lanças, baionetas e duas frases — "Liberdade, Igualdade, Humanidade" (o lema dos farrapos) e "República Rio-Grandense, Vinte de Setembro de 1835" — a lembrar constantemente que embora o Rio Grande do Sul faça parte do Brasil, ele já foi uma república independente e que o episódio deve ficar bem presente na memória. (OLIVEN (2), 1989, s/p).

Oliven, ressalta ainda, com relação a questão bélica gaúcha, que:

De fato, se somarmos às lutas contra os castelhanos e à Revolução Farroupilha os outros conflitos em que o Rio Grande do Sul esteve envolvido, temos um quadro extremam ente sangrento. Na guerra do Paraguai, que começou vinte anos depois do final da Revolução Farroupilha, quase um terço das forças brasileiras eram compostas por soldados do Rio Grande do Sul (Vellinho, 1964, p. 239). De 1893 e 1895 ocorreu a já citada Revolução Federalista. Em 1923 houve um novo conflito entre os mesmos grupos envolvidos na guerra anterior. O governo central, coerente com a "política dos governadores", não interveio, mas serviu de intermediário entre as partes em litígio, que terminou com o Pacto de Pedras Altas. É interessante que os termos federação e república compareçam de forma ambígua nestes conflitos internos. (OLIVEN (2), 1989, s/p).

Neste cenário, temos a consolidação das estruturas políticas que conduziram o Rio Grande do Sul, os membros do “antigo Partido Liberal que dominou a política gaúcha até a proclamação da República vão a partir dela se abrigar no Partido Federalista. O grupo que toma o poder e vai dominar a política gaúcha praticamente até 1930 chama-se Partido

Republicano Rio-Grandense” (*ibid*, s/p). Sendo curioso, que o jornal que era um elemento central no seu campo de atuação, chamava-se A Federação. O que indica, que mesmo estando em um período “marcado por uma nova forma de governo (a república) e por uma descentralização política e administrativa — situação diferente do Império que tinha uma política unitária e centralizadora — a questão de como pertencer ao Brasil continuava muito presente” (*ibid*, s/p).

Mesmo ocupando posição estratégica no Brasil, o governo brasileiro durante o século XX não se envolveu militarmente nos inúmeros conflitos deflagrados em terras gaúchas. Salientando que o Rio Grande do Sul foi palco de revoltas e movimentos que geraram transformações na política nacional, muitas vezes alterando seus rumos, a Coluna Prestes, marco do tenentismo começou em 1924 na cidade de Santo Ângelo, na região das Missões no Rio Grande do Sul. A Revolução de 1930 alçou ao poder o gaúcho Getúlio Vargas, também começou no Rio Grande do Sul. A Legalidade em 1961 foi comandada por Leonel Brizola de dentro do Palácio Piratini, e por fim, três dos cinco generais que governaram o Brasil no Período entre 1964 e 1985 eram nascidos no estado mais ao sul do Brasil.

Todavia esse protagonismo na política nacional, nem sempre é reconhecido, por exemplo no sesquicentenário da Revolução Farroupilha, o então Ministro da Agricultura e depois Governador do Estado do Rio Grande do Sul afirmou que:

Nossa marginalização na vida política nacional tem causas próximas e remotas. As próximas são bem conhecidas: muitas de nossas lideranças estiveram, nos últimos vinte e poucos anos, intimamente associadas ao regime que se foi. O descrédito que cobriu o regime passado se estendeu naturalmente a parcelas de lideranças rio-grandense. Mais grave que isso foi, contudo, o fato de tais lideranças terem participado da alta administração federal sem disporem de um projeto articulado de defesa e estímulo ao desenvolvimento do Rio Grande. Recebemos o descrédito e não ampliamos nossa faixa de participação no processo nacional de decisões... A forma pela qual o Rio Grande participa da vida nacional está ancorada em dificuldades que vêm de longa data. (SIMON, 1985)

Pedro Simon ressalta, ainda no mesmo discurso que:

[...] à maneira tradicional de inserção do Rio Grande na política nacional. Nossa participação na vida política tem oscilado entre dois extremos. De um lado, a tendência a uma certa exclusão, ao isolamento, de outro, a participação periférica no sistema de poder central. Com a revolução de 30, nossos melhores quadros políticos e administrativos emigraram para o centro do País e ocuparam posições de destaque na administração federal. O projeto de modernização que se implantou a partir daí, entretanto, não contemplava o Rio Grande com uma posição destacada, equivalente à nossa contribuição para a direção da máquina estatal (Simon, 1985).

Alia-se a isso, ao longo das primeiras décadas do século XX, a perceptível inspiração

comtiana, com a qual o Partido Republicano Riograndense (PRR) geria o Estado e empenhava-se na busca da racionalização da produção para obter avanços. “Essa racionalização dos setores produtivos seria obtida pela aplicação na economia dos mais recentes processos de produção conseguidos através dos avanços da ciência” (PESAVENTO, 1996, p. 116).

PESAVENTO (1980) prossegue: “as contradições locais da formação social gaúcha conjugavam-se com as novas realidades que se configuravam no plano nacional e que acabaram por trazer a queda do regime (monárquico)” (p.27) a saber: “a transição de uma economia escravocrata para uma assalariada, novos segmentos sociais descompromissados com o regime, idéias de federação e república” (p.27). Neste sentido, desenvolvimento econômico-social gaúcho introduzira novas demandas “que, para serem satisfeitas, exigiria o controle dos órgãos de decisão política pelos portadores de novas aspirações” (PESAVENTO, 1993, p. 204). E, é neste cenário que vamos discorrer acerca do início do movimento Trabalhista e seus expoentes políticos gaúchos.

2.1 O TRABALHISMO GAÚCHO

Como já vimos a política no Rio Grande do Sul é repleta de nuances, singularidades e de personagens históricas, nosso corte para análise é o trabalhismo e seus quatro ícones: Getúlio Vargas, João Goulart, Alberto Pasqualini e Leonel de Moura Brizola. Primeiramente, precisamos localizar o trabalhismo no tempo e espaço bem como apresentar seus principais pontos ideológicos.

OFFERLÈ (1997), utiliza uma comparação proposta por Bordieu, que analisa os partidos a partir da ideia do indivíduo biológico atuante em diversas esferas, ele busca mostrar aos indivíduos “(...) que nós existimos através do nome próprio, atestado visível de seu portador através do tempo e dos espaços; mas restituir as múltiplas histórias de vida é analisar as posições e os deslocamentos de um mesmo indivíduo biológico nos espaços sociais diferentes” (p.17). De maneira que a história de um partido em tese, deveria ser olhada pelo seguinte viés: “além do designador rígido que é a sigla, conviria analisar os usos diferentes que são feitos no tempo e no espaço e de mostrar como o estabelecimento da associação partidária é também um trabalho constante de reivindicação de uma identidade única e contínua” (*ibid*, p.17) sendo este trabalho mais importante para a agremiação que busca criar uma família política.

Com essa abordagem que trata o partido como uma “família política”, vamos discorrer

sobre o trabalhismo, que nos seus primórdios estava sob a bandeira do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)²² e que após uma cisão, passou a estar também sob a égide do Partido Democrático Trabalhista. (PDT).

Partimos do pressuposto que:

[...]o trabalhismo, como ideologia, foi “inventado” em momento e circunstância bem precisos, não tendo origens remotas, nem imemórias, muito pelo contrário. Envolvendo um conjunto de ideias, valores, vocabulário e também práticas festivas (como um certo tipo de comemoração do Dia do Trabalho), o trabalhismo, como ideologia, foi um produto do Estado Novo em seu segundo movimento. Isso significa que tal ideologia foi articulada e difundida através de uma série de modernos e sofisticados procedimentos e atos comunicativos, a partir do ano de 1942, possuindo como base operacional o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, então comandado por Alexandre Marcondes Filho. (GOMES, 2004, p. 16)

Para BODEA (1992), o Trabalhismo,

[...] em sentido amplo, isto é, como corrente doutrinária e movimento sindical, tanto no nível da visão dos seus dirigentes quanto na cristalização de um “senso comum” no âmbito de massas, pode ser considerado partido político justamente quando definido de forma abrangente, transcendendo o próprio PTB do Rio Grande do Sul como seção partidária e também o período específico analisado (1945-1954), uma vez que deita raízes na fase anterior a 1945 e mesmo a 1930, projetando-se como força política pelo menos até 1964, em termos temporais, ao mesmo tempo em que busca abrir espaço político além das fronteiras do Rio Grande do Sul, em termos geográficos. (Bodea, 1992. p. 179).

Neste sentido, ainda nas palavras de Gomes, “o trabalhismo caracterizou-se por um projeto que se vinculou ao nacionalismo e à promessa de justiça social, centrada nos direitos do trabalho”. (p.16). O encanamento das ideias deu-se a partir de sua ligação com o movimento operário e com o movimento sindical já existente na Primeira República.

Temos também uma conceituação do Trabalhismo por LÔBO (2005), expresso em uma carta ao deputado federal Fernando Ferrari (PTB/RS), em 14/04/1956

Trabalhismo, tal qual compreendo, é uma política de conjunto e não apenas de soluções isoladas em setores esparsos. A sua política não é de paliativos, mas, sim, de reformas substanciais [...] na estrutura do regime capitalista. Governo trabalhista é o período de transição entre o capitalismo que se está derrubando e o socialismo que se está construindo [...]. Trabalhismo é socialização da riqueza [...]. Ou se é

²² Suas origens são datadas a partir de três fatores: a) o primeiro diz respeito à manutenção dos poderes da ordem anterior na nova ordem; b) o segundo vincula-se à necessidade de preservar os segmentos, categorias e organizações de trabalhadores para as manobras e articulações de Vargas na nova ordem, evitando-se, com isso, uma possível expansão comunista junto a estes setores; c) o terceiro, que engloba em extensão os dois primeiros, liga-se à preservação do carisma e da influência personalística de Vargas sobre os trabalhadores. (Delgado, 1989, p.33)

trabalhista, ou se é capitalista [...] (LÔBO, 2005, p 30-33)

A partir disso, podemos afirmar que seu surgimento não foi arbitrário ou acidental, “seu poder de significação e mobilização (a “comunidade de sentidos” que logrou estabelecer) veio da releitura que as elites políticas do pós-1930 realizaram daquilo que ocorreu no terreno das lutas dos trabalhadores antes de 1930” (GOMES, 2004, p. 17). Isso não quer dizer que haja trabalhismo ou trabalhistas no período pré 1930. “Por conseguinte, quando, em 1945, iniciou-se, ainda sob o Estado Novo, um movimento de organização de partidos políticos, os ideólogos do trabalhismo realizaram um certo esforço para criar um partido capaz de abrigar tal ideologia, que conviveria com eleições, voto etc.” (Gomes, 2004, p.17)

Ou seja, este movimento que engatinhava ao final da República Velha só alçou voos maiores pós 1945 associados é claro, “à experiência da República de 1946 e a seus traços básicos: democracia política, legislação social progressiva, nacionalismo, presença marcante do Estado, modernização social e crescimento econômico” (Lessa, 2004, p.12).

Movimento que tinha como princípios centrais:

- a) “O trabalho é a fonte principal e originária de todos os bens produzidos”. A função destes é a satisfação de necessidades. O valor dos bens reside, portanto, na sua utilidade e no trabalho que concorre para produzi-los;
- b) A coletividade humana é um sistema de cooperação. A cooperação se realiza pelo trabalho. Para que a cooperação de cada membro da coletividade se torne efetiva, é necessário que se traduza por uma atividade socialmente útil, isto é, que traga benefícios não apenas a quem exerce, mas também aos demais membros da coletividade e contribua, por esta forma, para o aumento do bem-estar geral;
- c) A forma de cooperação é um intercâmbio de trabalho. Quem de útil nada produz nada tem para permutar;
- d) O poder aquisitivo deve ser a contrapartida do trabalho socialmente útil. Esse trabalho é o único e verdadeiro lastro da moeda.
- e) A posse do poder aquisitivo, que não deriva dessa forma de trabalho, representa uma apropriação injusta do trabalho alheio e se caracteriza como usura social;
- f) O objetivo fundamental do trabalhismo deve ser a eliminação crescente da usura social e alcançar tal organização da sociedade, onde todos possam realizar um trabalho socialmente útil, de acordo com as suas tendências e aptidões, devendo a remuneração desse trabalho, ter a garantia de um mínimo, dentro dos padrões de nossa civilização, para as formas de trabalho menos qualificado. (PASQUALINI, 2005, s/p)

Esse passo à frente, aliada a princípios atraentes, alcançou novas bases de apoio, e passou a interligar alguns setores da elite com alguns setores populares, recebendo especificidades em cada um desses campos de atuação, de acordo com a conjuntura política vigente no período. Podemos inclusive dizer, que é nesse período de acúmulo de forças e de diálogo entre setores opostos, que o Trabalhismo começa seu processo de consolidação enquanto corrente / tradição política em terras tupiniquins. Principalmente após a morte do

então presidente da República Getúlio Vargas, primeiro ícone do Trabalhismo gaúcho e brasileiro.

Neste período, o Rio Grande do Sul encontrava-se com um crescimento populacional inversamente proporcional as condições infra estruturais, o que se tornava um grande desafio para os futuros governadores, problemas estes, que vinham se acentuando após a República Velha. Por exemplo, as indústrias cresciam na região metropolitana e nas maiores cidades, todavia existia uma defasagem na questão energética o que atrapalhava o desenvolvimento das indústrias, e dos transportes para escoamento de mercadorias. Com a educação não era diferente, na década de 1950, cerca de 80% das vagas eram disponibilizadas pela rede pública, mas, muito ainda precisava ser feito principalmente na reforma de alguns prédios escolares e na disponibilização de vagas em áreas rurais. A evasão escolar e seus altos índices era outro elemento a ser combatido.

Neste cenário que a doutrina trabalhista ganha força através de seus expoentes (Getúlio Vargas, João Goulart, Alberto Pasqualini e Leonel Brizola), que na sequência serão apresentadas através de um arrazoado acerca de suas origens, concepções políticas e atuação no cenário gaúcho e brasileiro. O primeiro é Getúlio Dorneles Vargas.

2.2 GETÚLIO VARGAS

Getúlio Dorneles Vargas nasceu em 19 de abril de 1883, na cidade de São Borja, às margens do rio Uruguai, na fronteira com a Argentina. Filho de Cândida Dornelles Vargas e Manoel do Nascimento Vargas, teve quatro irmãos: dois mais velhos, Viriato e Protásio, e dois mais jovens, Spartacus e Benjamim. Em março de 1911, casou-se com Darcy Lima Sarmanho, com quem teve cinco filhos: Lutero, Jandira, Alzira, Manoel e Getúlio.

Colou grau em Direito no ano de 1907, em fevereiro de 1908, foi nomeado ao cargo de 2º promotor público do Tribunal de Porto Alegre. No mesmo ano, foi incluído na lista de candidatos do Partido Republicano Riograndense à Assembleia dos Representantes (nome dado à Assembleia Legislativa do RS no período), sendo eleito deputado estadual no ano de 1909.

Em 1913, ano em que Borges de Medeiros voltou ao governo do Rio Grande, Getúlio foi novamente eleito deputado estadual. Logo depois, porém, renunciou ao mandato, em protesto contra a intervenção de Borges nas eleições de Cachoeira, obrigando candidatos eleitos a renunciar para beneficiar outros de seu agrado. Nos anos seguintes as relações entre os Vargas e Borges ficaram estremecidas, mas afinal o presidente do estado buscou a reconciliação, mantendo Manoel Vargas na chefia

do PRR em São Borja e oferecendo a Getúlio a chefia de polícia em Porto Alegre. Getúlio recusou o convite, mas aceitou, em 1917, ser mais uma vez incluído na lista de candidatos do PRR à assembleia estadual. Foi eleito então, e reeleito em 1921. (D'ARAÚJO, 2011, p.21)

Ainda como líder político regional, em 1927 se candidatou ao governo do Estado do Rio Grande do Sul, eleito, tomou posse em 1928. Em 1929, ele alça voos maiores e se candidata à presidência da República pela Aliança Liberal, sendo derrotado por Washington Luís. Devido a instabilidade política brasileira, Getúlio comanda a Revolução de 1930, onde assume o poder apoiado numa junta militar. Seu governo “provisório” vai até a promulgação da nova Constituição da República em 16 de julho de 1934, sendo eleito presidente pela Assembleia Constituinte.

Assumindo uma postura nacionalista, busca modernizar a economia e cria o Ministério do trabalho. Em 1937 dissolve o Congresso Nacional e instaura o Estado Novo, que vai até o ano de 1945 quando é deposto por um grupo de militares.

É um dos fundadores do Partido Trabalhista Brasileiro²³, pelo qual é eleito senador pelo seu estado natal. No ano de 1951, retorna à presidência da República, desta vez através do voto popular, iniciando a "Nova Era Vargas", consolidando-se como um líder populista

Em 24 de agosto de 1954, recebe um ultimato do seu ministro da guerra, exigindo que ele se afastasse. Isolado no Palácio do Catete, redige sua carta testamento²⁴ e suicida-se com um tiro no peito.

Ideologicamente falando, Vargas pode ser considerado um dos pais do trabalhismo, tendo em vista que suas gestões na presidência da República foram caracterizadas pelo fomento a cultura do trabalho, consolidando-o como força motriz para o desenvolvimento econômico e social da nação. Nas palavras de PANDOLFI (1999):

Constituindo um sistema pedagógico completo, o “trabalho” como ideal educativo

²³ [...] o partido, além de se apoiar na estrutura corporativa, deveria ser um agente de mobilização popular. Partidos e sindicatos deviam atuar simultaneamente junto aos trabalhadores, visando o crescimento eleitoral e a formação de ampla base de apoio para programas reformistas e nacionalistas. (D'ARAÚJO, 1989, p. 98-99)

²⁴ Escolho este meio de estar sempre convosco. Quando vos humilharem, sentireis minha alma sofrendo ao vosso lado. Quando a fome bater à vossa porta, sentireis em vosso peito a energia para a luta por vós e vossos filhos. Quando vos vilipendiarem, sentireis no pensamento a força para a reação. Meu sacrifício vos manterá unidos e meu nome será a vossa bandeira de luta. Cada gota de meu sangue será uma chama imortal na vossa consciência e manterá a vibração sagrada para a resistência. Ao ódio respondo com o perdão. E aos que pensam que me derrotaram respondo com a minha vitória. Era escravo do povo e hoje me liberto para a vida eterna. Mas esse povo de quem fui escravo não mais será escravo de ninguém. Meu sacrifício ficará para sempre em sua alma e meu sangue será o preço do seu resgate. Lutei contra a espoliação do Brasil. Lutei contra a espoliação do povo. Tenho lutado de peito aberto. O ódio, as infâmias, a calúnia não abateram meu ânimo. Eu vos dei a minha vida. Agora vos ofereço a minha morte. Nada receio. Serenamente dou o primeiro passo no caminho da eternidade e saio da vida para entrar na História. (Últimos dois parágrafos da Carta testamento, que demonstram sua veia populista.)

podia ser sintetizado na fórmula “aprender fazendo”, sendo implantado por medidas como a adição dos trabalhos manuais nas escolas e a difusão e valorização do ensino profissionalizante. O ano de 1942 é crucial nessa área de intervenção estatal. Ele assinala tanto a grande reforma do ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, pela qual o ensino secundário torna-se uma realidade no país, quanto a criação do Serviço Nacional de Ensino Industrial (Senai), sob a égide do ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, Alexandre Marcondes Filho, e com total envolvimento empresarial. Ensino secundário e ensino profissionalizante, não equiparáveis — contrariando os desejos de educadores do grupo da Escola Nova —, traduziam uma negociação difícil entre projetos educacionais, entre setores empresariais e entre esferas de poder da burocracia do Estado. (Pandolfi, 1999, p. 63/64)

Esse elemento se interligava com os discursos adotados por Alberto Pasqualini, que buscava também um projeto de partido e de reforma social, pois era de âmbito global, um projeto nação.

Neste cenário, também percebemos, um conflito entre o partido regional, comandado por Pasqualini, e o nacional, liderado por Vargas, ambos líderes do PTB. O partido era forte no Rio Grande do Sul e exercia forte influência sobre o PTB nacional, Vargas queria compor com outras forças políticas nacionais, todavia, o PTB regional era antagonista ao PSD, o que obrigou Vargas a adotar o PTB como leme político. Vargas acaba se reaproximando do PTB gaúcho e de Pasqualini.

Quem era então Pasqualini? Quais suas contribuições para a política gaúcha e para o trabalhismo? É o que veremos na sequência.

2.3 ALBERTO PASQUALINI

Alberto Pasqualini Nasceu em 23 de setembro de 1901, em Ivorá, na época Núcleo Norte da Colônia de Silveira Martins, que era distrito do município de Júlio de Castilhos/RS, filho de Alexandre Pasqualini e de Paula Bortoluzzi Pasqualini. Alberto Pasqualini, viveu grande parte da sua infância e juventude nesta colônia, o que se constituiu uma boa parte da sua formação. Estudou no Seminário Nossa Senhora da Conceição, em São Leopoldo/RS. Graduou-se em Direito onde foi o aluno que recebeu menção honrosa de sua turma de Direito, sendo também orador na formatura (...). “Seu prestígio entre professores e colegas fez com que a data da colação de grau, prevista para dezembro de 1928, fosse transferida para abril de 1929, para aguardar que Pasqualini convalescesse de uma crise renal” (MACIEL, p.44)

Na década de 1930, combinou o trabalho como advogado e inseriu-se na política, sendo também professor de ensino superior de Introdução à Ciência do Direito e Direito Civil, na Faculdade de Direito de Porto Alegre (UFRGS). Na política, participou no movimento de

1930, foi membro do Partido Libertador – PL, que passou de apoiador, à opositor do governo estadual, no período em que Flores da Cunha governou o Rio Grande do Sul até 1937.

Com a sua candidatura ao senado em 1950, começa amplamente a apoiar Vargas como organizador das massas na formação do PTB. Durante o governo de 1951-1954 Pasqualini dirige suas críticas aos ministros do PSD, reivindicando que fossem postas em práticas as propostas de reformas e políticas suscitadas pelo PTB na campanha, tendo em vista que a atuação governamental ia contra os preceitos do trabalhismo, como a justiça social que exige

[...]que, a cada criatura humana, seja assegurada a possibilidade de um mínimo de conforto e bem-estar, isto é, de participar dos benefícios da civilização e da cultura. Esse deve ser o objetivo de toda organização social. Para isso, porém, não basta enunciar o princípio teórico da igualdade de oportunidade, mas é necessário dar-lhe um sentido concreto e prático, isto é, cumpre que o Estado ponha a oportunidade ao alcance de todos, a fim de que cada um possa aproveitá-la de acordo com as suas necessidades, as suas tendências e as suas aptidões (PASQUALINI, 1948, p. 05)

Para ele, o PTB era o instrumento fundamental para a implementação das reformas sociais, expressas no Programa de União Social Brasileira (USB) e nas diretrizes centrais do Trabalhismo. Ao estabelecer uma parceria com Vargas, busca trazer à cena a classe operária, pois acreditava que um verdadeiro regime democrático, só decorreria com condições econômicas, sociais e educacionais propícias.

Suas concepções, principalmente a de justiça social, o alçaram a ícone do pensamento trabalhista,

Com efeito, o papel de Pasqualini como teórico e doutrinador nos anos formativos do PTB, concentra-se na tarefa pedagógica da elaboração de uma “visão de mundo” e da organização do “grupo que compartilha desta visão”, ou seja, aquelas etapas da formação de um partido político essencialmente vinculadas, na visão gramsciana, à construção de um “consenso” ao nível da sociedade civil (BODEA, 1992, p. 180).

Pasqualini sempre buscou deixar claro que não era socialista e sim trabalhista, tendo em vista que em seu período de atuação política estava em constante efervescência devido a bipolarização do mundo entre comunistas e capitalistas, tanto que, recorrentemente reafirmava as diferenças entre as correntes:

Nossa posição é clara e definida. Se, por socialismo, se entender a socialização dos meios de produção, não somos socialistas; se se entender, simplesmente, uma crescente extensão da solidariedade social e uma crescente participação de todos nos benefícios da civilização e da cultura, então somos socialistas. Da mesma forma, se por capitalismo se entender individualismo, egoísmo e tradicionalismo, não somos capitalistas; se, porém, se entender uma função social que se exerce para o crescente progresso econômico e social da coletividade, então somos capitalistas (PASQUALINI, 1948, p. 42).

Ele vê na propriedade privada um elemento para servir ao em estar coletivo, pois acreditava que o lucro capitalista não seria oriundo da exploração dos trabalhadores, essa visão inovadora para sua época, busca uma terceira via com uma ideologia tipicamente brasileira, adaptada a realidade nacional. Com relação ao trabalho, ele discorre:

A análise da produção ideológica²⁵ de Pasqualini, perpassa por sua conceitualização do trabalho, sendo ele qualquer atividade que seja útil para toda a sociedade. Em suma, a figura de Pasqualini remonta a ideia um homem com posicionamentos fortes e ideologicamente definidos, que defendia o trabalho e a justiça social como matrizes do desenvolvimento da sociedade gaúcha e brasileira. Pasqualini faleceu em 03 de julho de 1960.

Na sequência abordaremos outro grande líder trabalhista gaúcho: Jango.

2.4 JOÃO GOULART

João Belchior Marques Goulart é natural de São Borja (RS), nasceu no dia 1º. de março de 1919, filho de Vicente Rodrigues Goulart e de Vicentina Marques Goulart. Desde imberbe, apelidado de Jango. Formou-se em direito em 1939, área que não quis atuar, optou pela volta à São Borja para trabalhar em atividades agropecuárias. Casou-se com Maria Teresa Fontela Goulart, e teve dois filhos.

Com o fim do Estado Novo, e o retorno de Vargas ao RS, fizeram com que a amizade dos dois se fortalecesse, e por influência do amigo, Jango entrou na vida política como vemos a seguir:

Neste sentido, o ingresso de Jango na política não deve estar desprendido da dimensão pessoal que o ligava ao seu amigo Getúlio. Certamente, sua amizade com o velho trabalhista é preponderante para compreender todo o pensamento de Jango acerca do trabalhismo. O seu pensamento político fora moldado aos poucos, de forma gradativa e nas hostes do PTB. Jango ascendeu em prestígio, e isso se devia não somente a sua ligação com Vargas, mas, sobretudo, a uma certa habilidade no sentido de articular e negociar nos meandros internos da política. (2007, p. 23).

Em 1946, foi lançado por Getúlio candidato a deputado estadual para as eleições do ano seguinte, na qual foi eleito. Já em 1951, licencia-se da Câmara para assumir a Secretaria do Interior e Justiça. No ano seguinte, reassume sua vaga na Câmara, e passa a ocupar a presidência nacional do PTB. Essa proximidade de ambos traria muitas complicações à vida política de Jango, tendo em vista que:

²⁵ Assim, para se compreender a produção política ideológica de Pasqualini, há que se tomar como ponto de partida essa matriz comum do comunitarismo orgânico que, com ele, tomou uma vertente cujas bases de sustentação podem ser encontradas na chamada “doutrina social da Igreja” (GRIJÓ, 2007, p. 93).

(...) Ele era um homem de Getúlio. Ninguém pode dissociar Jango de Getúlio. Jango era a imagem e semelhança de Getúlio, evidentemente com as mudanças da época. A escola dele era Getúlio. Ele gostava de conversar, mas obras públicas, assim de maneira geral, não projetaram nenhuma. Jango nunca foi um estudioso de problemas políticos. Era um estancieiro que bebeu em Getúlio essas conversas, e Getúlio era um caudilho. Então ele tinha essa formação de caudilho, embora disciplinada pela vida política, pelas diversas eleições a que concorreu. (GOMES; FERREIRA, 2007, p. 36).

O mesmo autor aprofunda algumas características dele:

Havia sido deputado estadual e deputado federal e depois ministro de estado. Mas eu reconheço que, no fundo, ele tinha seus sonhos de poder absoluto, no que era contido pela própria formação democrática do país. Era um estancieiro que, graças a Getúlio, se transformara da noite para o dia num líder. Foi nomeado ministro do Trabalho porque acompanhou Getúlio durante os seus cinco anos de ostracismo em Itu. Ele tinha todas as deficiências de um homem comum, mas era inteligente, embora muita gente o negue. Era inteligente e falava bem, arrebatava e sabia mobilizar multidões. Tanto assim que alguns de seus discursos feitos em vários comícios tiveram muita ênfase. Mas ele tinha suas admirações. Ali na fronteira, ele vivia admirando Perón. “Era um estancieiro e, como todo gaúcho, um galanteador permanente. (GOMES; FERREIRA, 2007, p. 36).

Em janeiro de 1956 devido a um dispositivo constitucional, além da vice-presidência da República, assumiu a presidência do Senado. Com o início do novo governo, em 31 de janeiro de 1961, as tensões sociais começam a se acirrar, culminando na renúncia do presidente Jânio Quadros em 25 de agosto. Jango que estava em Cingapura, foi obrigado a voltar. Esta perspectiva da volta de Goulart para assumir a presidência, deflagrou uma das maiores crises internas da nação. E um movimento iniciado a partir do Palácio Piratini foi o responsável pelo cumprimento da lei e da consequente posse de Jango como presidente da República. Este movimento ficou conhecido como Legalidade, que veremos mais detalhadamente no próximo capítulo.

Seu governo foi repleto de tensões, e de uma política que desagradava as elites políticas e militares. Para se ter um exemplo, basta analisar um trecho de seu discurso de março de 1964:

Perante multidão de 200 mil pessoas, arregimentadas pelos sindicatos e outras organizações para o comício de março (1964), Goulart proclamou, sem temer que o chamassem de subversivo, a necessidade de mudanças na Constituição, que legalizavam uma “estrutura econômica superada, injusta e desumana”. E anunciou a adoção de importantes medidas, através de decretos, como a encampação das refinarias particulares, o tabelamento dos aluguéis dos imóveis desocupados e a desapropriação de terras valorizadas pelos investimentos públicos, ou seja, das terras às margens dos eixos rodoviários e dos açudes, (...). (MONIZ BANDEIRA, 2001, p. 163).

Jango começou a perder o controle político e militar em seu governo, diversos oficiais que não eram partidários da conspiração, passaram a engrossar o coro para sua derrubada. Muitos oficiais graduados do Exército que até então haviam-se negado a engrossar a rede de conspirações visando a sua derrubada, passaram a aderir a seus companheiros radicais. Os militares, comandados pelo chefe do Estado-Maior do Exército, general Castelo Branco, à revelia do aval do presidente, teceram um acordo de ordem militar com o governo norte americano. Esse acordo nada mais era que uma desculpa para uma possível intervenção norte americana em terras tupiniquins.

Na noite do dia 1º. de abril, ele regressou ao Rio Grande do Sul com o objetivo de organizar uma resistência e defender o seu poder constitucional. Com medo da deflagração de uma guerra civil, ele viaja para o Uruguai e pede asilo político.

Jango vem a falecer em dezembro de 1976, na sua fazenda La Villa, no município argentino de Mercedes, sem ter tido a chance de regressar ao Brasil, ao passo que sua anistia deu-se em 2008 durante a 186ª Sessão de Julgamento da 16ª Caravana da Anistia:

No dia 15 de novembro, a sessão especial foi destinada ao julgamento de dois pedidos, ambos tendo como requerente Maria Thereza Fontella Goulart, sendo que um pedido de anistia política era em nome próprio e o outro, em nome do seu marido, João Belchior Marques Goulart, o Jango, ex-presidente deposto pela ditadura militar. Houve sessão de memória em homenagem ao ex-presidente e após a apreciação de ambos os pedidos o ministro da justiça, presente durante o julgamento, assinou a Portaria que declarou Jango anistiado político post mortem (2008, p.48).

Sua morte foi largamente repercutida em terras brasileira e em terras uruguaias. Seu velório na cidade de São Borja contou com a presença de cerca de 30 mil pessoas entre eles políticos opositores e colaboradores de seu governo.

Encerrando o capítulo sobre os grandes ícones do trabalhismo gaúcho, vamos abordar aspectos relacionados a vida de Leonel de Moura Brizola.

2.5 LEONEL BRIZOLA

Leonel de Moura Brizola nasceu aos 22 dias de janeiro de 1922 no povoado de Cruzinha, interior de Passo Fundo (RS), e é filho de José de Oliveira Brizola e Onívia de Moura Brizola. Foi diplomado técnico rural em 1939, sendo nomeado funcionário do Departamento de Parques e Jardins da Prefeitura de Porto Alegre em 1940. Coursou entre os anos 1945 e 1949 a Escola de Engenharia da UFRGS.

Também em agosto de 1945, filiou-se ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), e por esta sigla, elegeu-se deputado estadual em 1947. Em 1950, casou-se com Neusa Goulart, irmã de João Goulart, na época deputado na Assembleia Legislativa gaúcha. Sua carreira política continuou pujante, foi reeleito deputado estadual em 1951, em 1952 foi nomeado secretário estadual de Obras. Em 1954, elegeu-se deputado federal exerceu um ano de mandato e elegeu-se prefeito de Porto Alegre. Seu bom trabalho o alçou a voos maiores, no ano de 1958, quando disputou e venceu o pleito para o cargo de governador do Rio Grande do Sul.

Em 1961, pôs mais uma vez seu prestígio e poder político à prova, com a renúncia do presidente Jânio Quadros em 25 de agosto, aliado ao veto da posse do vice-presidente João Goulart. Ele ocupou as rádios Guaíba e Farroupilha, formando a Cadeia Radiofônica da Legalidade, e liderou o movimento que visava manter a população informada e mobilizada em defesa da posse de João Goulart.

Antes do final de seu mandato de governador do RS, concorreu ao cargo de deputado federal pelo estado do Rio de Janeiro, recebendo cerca de 269 mil votos, a maior votação de um candidato na história brasileira do período. Em 09 de abril de 1964, data da publicação do Ato Institucional nº 1, teve seu mandato cassado e teve seus direitos políticos suspensos por dez anos. Em maio do mesmo ano foi exilado no Uruguai. Entre fevereiro de 1964 e setembro de 1971, devido as pressões do governo de Castelo Branco, foi confinado no Balneário de Atlântida pelo governo uruguaio.

No ano de 1977 foi expulso do Uruguai, passando pelos EUA antes de morar em Lisboa em janeiro de 1978. Em abril de 1979, com a abertura política, voltou ao Brasil. Alguns trabalhistas da ala de Brizola entraram em confronto com os ligados à ex-deputada Ivete Vargas pela “posse” da legenda do PTB no Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Em maio de 1980, Brizola e seus apoiadores fundam o Partido Democrático Trabalhista (PDT), legenda que o abrigou até seus últimos dias de vida.

Em 1982, pelo PDT, é eleito governador do estado do Rio de Janeiro. Deixando como maior legado de sua administração a construção dos Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs).

Brizola foi candidato a presidente da República em 1989, ficando fora do segundo turno. Em 1990 se reelegeu governador do Rio de Janeiro, licenciando-se em 1994 para concorrer novamente a presidência, ficando em quinto lugar geral. Em 1998, foi o vice na chapa encabeçada por Luís Inácio Lula da Silva, que foi derrotada pela chapa encabeçada por Fernando Henrique Cardoso do PSDB. Sua última participação em eleições foi em 2000, quando candidatou-se a prefeito da cidade do Rio de Janeiro.

Ele faleceu no Rio de Janeiro no dia 21 de junho de 2004, gerando uma grande comoção em boa parte da população brasileira, que, desde então se ressentiu de lideranças trabalhistas e de exemplos de políticos sérios e comprometidos com as classes trabalhadoras.

Cap.3: LEONEL BRIZOLA: O LEGADO DEZ ANOS DEPOIS DE SUA MORTE

Leonel Brizola tem uma trajetória repleta de proações, ele e seus quatro irmãos ficaram órfãos tendo em vista que José Brizola, seu pai, que era Maragato, foi morto pelas forças Chimangas na Revolução Federalista de 1923, Ele foi “um dos milhares de gaúchos anônimos que perderam a vida naquela guerra entre chimangos e maragatos pela disputa do poder no Rio Grande” (BANDEIRA, 1979, p 44).

Sempre demonstrou também, um senso muito forte de responsabilidade social, como podemos ver no trecho a seguir:

O menino Leonel, certo dia, mostrava-se revoltado com o desinteresse do governo do Estado com a construção de uma escola, no interior de Carazinho, cujas obras haviam parado em seu início. A irmã mais velha, Francisca (Quita), percebendo a angústia do garoto, comentou: - Olha, então faz o seguinte: estuda, te formas engenheiro e te elege governador. Aí tu terminas a escola, ta? (GOULART, 2006, p. 58)

Sua preocupação pela educação se manteve desde sua juventude até os últimos dias de sua vida. Tanto que, aos doze anos de idade, embarcou em um trem, cujo destino era a capital gaúcha. Seus conterrâneos que rumavam para a capital, normalmente o viam,

[...]ora cuidando de uma praça, ora ajudando pessoas a se pesarem na galeria Chaves, na época um ponto da moda. Sumiu por algum tempo para trabalhar em uma fábrica de refinar óleos, onde enriqueceu sua experiência humana. Na fábrica sentiu a angústia do operário que trabalha anos sem qualquer perspectiva de mudança, mas continuava sempre estudando. Conseguiu concluir o supletivo em 1940, no colégio Júlio de Castilhos, onde ensaiou seus primeiros passos na política ajudando a fundar o grêmio estudantil. Posteriormente ingressou na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) para cursar o curso de Engenharia da Universidade. (BRUSCHI, 2007, p.16)

Seus estudos na UFRGS abriram as portas para a vida política, e para que a profecia de sua irmã se tornasse realidade. No ano de 1945 filia-se ao PTB²⁶, e concorre a deputado estadual sendo eleito no ano de 1947, e reeleito em 1950. O menino carazinhense estava cada vez mais se consolidando como um homem de fibra que iria mudar os rumos da política no Rio Grande do Sul e no Brasil.

²⁶ Ingressei na política por impulso, que era o mesmo de um grupo de estudantes, todos trabalhadores como eu, buscando algo diferente dos partidos tradicionais e das perspectivas que o PCB descortinava. Éramos todos jovens e nos identificávamos com aquela massa anônima, a percorrer as ruas de Porto Alegre, gritando ‘Getúlio, Getúlio’ e empunhando faixas com toscas inscrições em favor dos sindicatos e das garantias do trabalho. (BANDEIRA, Moniz. 1978, p.177)

3.1 DE CARAZINHO PARA A HISTÓRIA

A trajetória política de Leonel Brizola continuou de maneira crescente e meteórica, em 1954, se elege como deputado federal e na eleição seguinte prefeito de Porto Alegre, onde pode colocar em prática aquilo que o Trabalhismo propunha, bem como suas convicções relacionadas à um projeto de educação. Exemplo disso, foi “que nos primeiros dias de sua administração reuniu um pequeno exército de 500 homens, com enxadas, pás e picaretas, com a incumbência de limpar ruas, tapar buracos, desobstruir bueiros e desentupir esgotos.” Ao final do primeiro ano de seu governo, os avanços eram notórios²⁷. Ao final de seu mandato, a cidade de Porto Alegre tinha alcançado um nível de desenvolvimento consistente, afinal em seu governo,

[...]implantou rede de esgotos cloacais em várias regiões da cidade, investiu numa linha de recalque para abastecer a hidráulica, com 2,6 quilômetros de tubulação, construiu adutoras e ampliou, pavimentou e asfaltou diversas ruas e avenidas. No setor viário se deu uma das suas mais significativas realizações: a urbanização de extensa margem do Guaíba, beneficiando os bairros do Menino Deus e da Cidade Baixa e, indiretamente, a Zona Sul da Capital. (BRAGA et al., 2004, p.44)

Comprovada sua competência administrativa, aliada ao apelo popular que seu nome tinha, ele naturalmente passou a encabeçar a lista de pré candidatos do PTB ao governo do estado do Rio Grande do Sul no ano de 1958. A campanha eleitoral foi cheia de altos e baixos, com diversas acusações, repúdio ao apoio dos comunistas, visita ao Arcebispo Dom Vicente Scherer na busca pelos votos do eleitorado católico. Ao final do processo, “em três de outubro de 1958, Leonel de Moura Brizola obteve 670.003 votos, contra 500.944 do coronel da Brigada Militar Walter Peracchi de Barcellos, que concorria pela aliança PSD-UDN-PL.” (BRAGA et al., 2004, p.51)

Outro salto para o jovem Leonel Brizola, aos 36 anos de idade, eleito governador do Rio Grande do Sul, que com cerca de cem dias de governo, assinou “um decreto para encampação da Companhia de Energia Elétrica Riograndense (CEERG), filial no Rio Grande do Sul da Bond and Share” (*ibid*, p.53). De maneira que buscava depois do depósito judicial, incorporá-la a recém criada Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE). Da mesma

²⁷ Ao terminar seu primeiro ano de governo, Brizola já tinha a satisfação de ver quase concluídas as obras dos prédios de escolas nos bairros de Ipanema, Passo da Mangueira e na rua Botafogo, no bairro da Azenha. Também se encontravam em fase de construção os prédios mistos, de madeira e alvenaria, para as escolas das vilas Ipiranga, Jardim, Dona Teodora, Comerciais, Passo das Pedras, Mont ‘Serrat e na rua Caldre e Fiação. Estavam também em construção os prédios das escolas com capacidade para 150 alunos nas vilas Santa Maria e Mato Sampaio e um anexo do Colégio Appelles Porto Alegre. (41)

forma, em 1962, encampou a Companhia Telefônica Riograndense depois de longas e arrastadas negociações com a International Telephone and Telegraph (ITT) que era a concessionária detentora dos direitos de distribuição, e que no Brasil repassava à Companhia Telefônica Nacional. Como efeito dessa encampação, seu governo foi severamente criticado até mesmo pelo presidente Kennedy dos Estados Unidos.

Estas mostras de pulso firme se estenderam também no trato para com a educação, que era um de seus carros chefes desde sempre em sua vida política, tanto que, ao referir-se à seu plano de educação²⁸, declarava que ele fora fundamental para sua vitória eleitoral. Tanto que buscava atacar frontalmente questões como o analfabetismo e a alfabetização²⁹ por exemplo. Em números, podemos ver o grande avanço que a educação gaúcha teve em seu mandato:

População escolar do Rio Grande do Sul até 1959 (entre 7 e 14 anos).....	1.003.830
Crianças matriculadas no Ensino Primário, em 1959 (Escolas Estaduais, Municipais e Particulares)	714.914
Déficit de matrículas existentes em 1959	288.916
Novas escolas primárias construídas, ampliadas e instaladas entre 1959/62_	25.254
Novas matrículas disponíveis no ensino primário, entre 1959/1962.....	550.280
Novos Professores primários admitidos entre 1959/1962	20.382
(DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 29 de janeiro de 1963, p. 07)	

Sob o lema “Nenhuma Criança sem escola no Rio Grande do Sul”, em todos os rincões do Estado, seu governo buscou construir uma brizoleta³⁰, para que este objetivo expresso em seu lema de campanha fosse atingido. A educação sempre esteve em primeiríssimo plano em seu governo:

Para mim [Brizola] e para meu colaborador, o secretário da Educação, Dr. Mariano Beck, e para todos os auxiliares, como também, tenho certeza, para todo magistério rio-grandense, a questão educacional se constitui em um ponto de honra, que há de absorver nossas melhores energias, há de ser motivo da mais intensa dedicação. E não poderia ser diferente para um governo que se propõe a trabalhar e gerir os

²⁸ Foi meu plano de educação, de erradicação do analfabetismo e de criação de escolas em todo o estado, uma das principais razões de minha vitória eleitoral. Mobilizei o professorado, os pais e a mulher rio-grandense e, de um modo geral, as classes humildes, para participarem dessa cruzada redentora (O Nacional, 03/02/1959, p. 2 apud, QUADROS, 2001, p.2).

²⁹ De fato, é bastante antiga a problemática situação do ensino gaúcho, principalmente no tocante à alfabetização. Os grandes contingentes de analfabetos constituíam e constituem a prova de fogo por que têm de passar os governantes do Rio Grande do Sul: de que envidem todos os seus esforços, fazendo o possível para conseguir a solução do problema, do qual dependerá a maior ou menor capacidade de progresso do povo sulino. [...]. Mesmo sendo o estado que maior percentagem de recursos tenha destinado ao ensino, vê-se, através de dados absolutos e relativos, o aumento de analfabetos no Rio Grande do Sul, em prova cabal de que o velho problema exigia ser enfrentado de modo mais positivo e mais enérgico (Revista do Ensino, v. 9, n° 76, p. 11, apud, QUADROS, 2001, p.2).

³⁰ prédios escolares com características muito próprias que ficaram conhecidos como brizoletas ou escolinhas do Brizola. Nos quatro anos de governo, construíram-se 1.045 prédios escolares, com 3.360 salas de aula e capacidade para 235.200 alunos; foram iniciados 113 prédios, com 483 salas e capacidade para 33.810 alunos; e planejados 258 prédios, com 866 salas de aula e capacidade para 60.620 alunos. (QUADROS, 2001, p.2)

negócios públicos, invariavelmente, através de um conteúdo social e humano. Educar não é apenas promover a elevação da criatura humana, mas igualmente promover a melhor forma do desenvolvimento econômico da região, de um estado ou de um país (O Nacional, 17/02/59, p. 1-2)

Outro marco de sua gestão frente ao Palácio Piratini, foi a sua atuação em momentos difíceis, tanto para o Estado quanto para o país. Em 1961 no caso que ficou conhecido como Legalidade, sua intervenção e cadeia de apoios foi fundamental para que a constituição brasileira fosse cumprida e o então vice-Presidente João Goulart que encontrava-se em missão oficial na China fosse empossado presidente da República após a renúncia de Jânio Quadros. A Legalidade pode ser considerada um ensaio para o que foi visto em março de 1964. As forças conservadoras aliadas ao capital internacional juntamente com as forças armadas tentaram golpear a democracia e estabelecer um regime que ia de encontro as diretrizes norte americanas e do capital internacional. Suas falas firmes no rádio³¹ colocaram em alerta a população gaúcha, que em sua maioria apoiou o estado de sítio e principalmente apoiou as decisões que foram tomadas ao longo desse período.

A centralidade de Brizola nesse processo de defesa da soberania nacional, o alçou ao status de inimigo dos Estados Unidos e das forças conservadoras nacionais. Neste momento, ele alavanca sua popularidade enquanto líder Trabalhista gaúcho e assume um papel de maior destaque na política nacional, sendo capaz de fazer um enfrentamento de igual para igual com todo e qualquer político com quem estivesse debatendo. De maneira que seu prestígio enquanto deputado estadual, prefeito de Porto Alegre e governador do Rio Grande do Sul, lhe possibilitaram a oportunidade de concorrer à uma vaga na Câmara Federal pelo estado do Rio de Janeiro em 1962, recebendo cerca de 300 mil votos, aproximadamente 1/3 dos votos válidos no estado Guanabara. Tinha um mandato atuante, mas que foi cassado pelos militares após o golpe de 1964, além da perda do seu mandato, teve os direitos políticos cassados. A perseguição à sua pessoa era tão descarada que ele viu-se obrigado a fugir do Brasil e exilar-se no Uruguai.

Exílio, que durou cerca de treze anos foi repleto de desilusões, e de perseguições por

³¹ Primeira manifestação pública sua ao tomar conhecimento da estratégia do Marechal Odílio Denys: Peço vossa atenção para a comunicação que vou fazer. Muita atenção. Atenção povo de Porto Alegre! Atenção, Rio Grande do Sul! Atenção Brasil! Atenção, meus patrícios, democratas e independentes, atenção para minhas palavras! Em primeiro lugar, nenhuma escola deve funcionar em Porto Alegre. Fechem todas as escolas! Se alguma estiver aberta, fechem e mandem as crianças para junto de seus pais! Tudo em ordem! Tudo em calma! Com serenidade e frieza! Mas mandem as crianças para casa! Quanto ao trabalho, é uma iniciativa que cada um deve tomar, de acordo com o que julgar conveniente. Quanto às repartições públicas estaduais, nada há de anormal! Os serviços públicos terão seu início normal e os funcionários devem comparecer como habitualmente, muito embora o Estado tolerará qualquer falta que, porventura, se verificar no dia de hoje. Hoje, nesta minha alocação tenho os fatos mais graves a revelar. (BRAGA et al., 2004, p. 72)

parte do governo militar brasileiro, que aliado ao governo uruguaio tornou um calvário sua estadia no país vizinho. Ao ponto de em 1965, o governo uruguaio acatar a ordem do governo brasileiro e coloca-lo a 3000km da fronteira com o Brasil para dificultar sua comunicação com as possíveis forças anti regime. Outro duro golpe, foi quando decretaram seu confinamento em prisão domiciliar já no ano de 1975. Em 1977 a cartada final dos militares brasileiros, com anuência do governo uruguaio: Brizola é expulso do país, sendo obrigado a ir para os Estados Unidos e depois para Portugal. Tal iniciativa, acabou por elevar ainda mais o status de Brizola enquanto liderança³².

E, é em Lisboa, já em 1978, que ele consegue abertamente estabelecer contatos com políticos de toda a Europa e com os brasileiros exilados, que estavam espalhados por lá. A ditadura brasileira já não tinha mais controle sob sua figura, não conseguindo monitorar nem engessar seus movimentos. O seu principal objetivo nessa jornada era “o debate em torno da refundação da antiga sigla ou da fundação de um novo partido que abrigasse os trabalhistas acentuou-se a partir de 1977, em encontros realizados no Brasil e no exterior.” (BRAGA et al., 2004, p.105). Vários encontros foram realizados entre os anos de 1977 e 1979, o mais relevante de todos eles, aconteceu em “15, 16 e 17 de junho de 1979, na sede do Partido Socialista Português, em Lisboa, com a presença de 1.500 pessoas.” (ibid, p.105). A abertura do evento, ficou a cargo do primeiro-ministro português, Mário Soares, e contou com a participação de líderes de esquerda de várias alas e de exilados brasileiros oriundos de diversos países para discutir o futuro dos movimentos sociais e políticos brasileiros. Sendo fruto deste encontro, a Carta de Lisboa, que abordava os novos desafios dos trabalhistas, como vemos no fragmento abaixo:

O grande desafio com que nós, Trabalhistas nos defrontamos hoje é o de nos situarmos no quadro político brasileiro para exercer o papel renovador que desempenhávamos antes de 1964 e em razão do qual fomos proscritos. Com efeito, apesar de termos tido numerosas deficiências, não foi por elas que caímos. Fomos derrubados, isto sim, em virtude das bandeiras que levantamos. A velha classe dominante brasileira e os agentes internos do imperialismo, não nos podendo vencer pelo voto, nos excluíram pelo golpe. A verdade que afinal se fez evidente (depois de copiosamente comprovada) é que o governo do presidente João Goulart foi derrubado por uma ação conjugada. Os latifundiários temiam a lei da Reforma Agrária que, com a nossa presença no Congresso Nacional, seria inevitável. Por sua vez, o governo norte-americano de então planejou e coordenou o golpe para evitar a

³² A expulsão de Brizola do Uruguai, tramada por autoridades brasileiras com a cumplicidade do governo ditatorial daquele país, se revelou, mais tarde, um erro de cálculo grosseiro. A expulsão abriu as portas do mundo para Brizola, como observou o escritor Edmundo Moniz, reintegrando-o à política brasileira e lhe oferecendo a possibilidade de fazer contatos com líderes políticos de projeção internacional. Brizola poderia, então, seguir o conselho de assessores e amigos, que insistiam para que ele efetuasse um giro pelo exterior, visitando alguns países europeus. Beneficiava-se da vitória do presidente Jimmy Carter, nos Estados Unidos, e da sua disposição de empreender uma campanha em favor dos direitos da pessoa humana. (BRAGA et al., 2004, p.103)

aplicação da lei de Remessas de Lucros que poria termo à espoliação do Brasil pelas empresas multinacionais. O desafio com que nos defrontamos é, por conseguinte, o de retomar as bandeiras daquela tentativa generosa de empreender legalmente as reformas institucionais indispensáveis para liberar as energias do povo brasileiro. Especialmente uma reforma agrária que dê a terra a quem nela trabalha, em milhões de glebas de 20 e 100 hectares, em lugar de entregá-las em províncias de meio, de um e até de mais de dois milhões de hectares na forma de super-latifúndios, subsidiados com recursos públicos. E teremos também de levantar a bandeira da luta pela regulamentação do capital estrangeiro, para pôr fim à apropriação das riquezas nacionais e ao domínio das próprias empresas brasileiras pelas organizações internacionais. (Carta de Lisboa,. In: CHACON, 1985, p. 68)

Também em 1979, a ditadura militar promulgou a lei da Anistia, que reestabelecia o pluripartidarismo e também devolveu o direito dos exilados a voltarem para as terras brasileiras, dentre os quais incluía-se Leonel Brizola, que em setembro retornara ao seu país. Sua primeira batalha em solo brasileiro, foi relacionada ao “direito” de refundação do PTB travada contra Ivete Vargas. A batalha durou alguns meses, em 12 de maio de 1980, o Superior Tribunal Eleitoral, deu ganho de causa à Ivete Vargas, e Brizola resignou-se e disse: “Consumou-se o esbulho”. O maior líder trabalhista vivo perdeu o direito sobre o Trabalhismo, obrigando-se a, junto com seus correligionários, fundar um novo partido, ideologicamente similar, o Partido Democrático Brasileiro (PDT).

Sob essa nova sigla, ele concorreu e se elegeu enquanto governador do Rio de Janeiro no ano de 1982, ganhando com cerca de 200 mil votos de diferença para o segundo colocado Moreira Franco, candidato apoiado pelo presidente Figueredo. O resultado do pleito foi homologado um mês depois³³, o que acarretou no fortalecimento do brizolismo³⁴. Seu mandato foi marcado pelo boicote dos meios de comunicação e do governo. Em tempos tão conturbados, não se podia correr o risco de ver o nome de Brizola sendo aclamado pelos quatro cantos do país.

Juntamente com a inauguração do sambódromo do Rio de Janeiro (1984), a criação dos Centros Integrados de Educação Popular (CIEPs), pode ser considerado como legado de sua gestão frente ao governo Guanabara, tanto que, ao final de seu mandato,

³³ Só quase um mês depois da eleição, o Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro divulgaria o resultado oficial do pleito. Leonel Brizola venceu com 1.709.264 votos (34,2% dos votos válidos) contra 1.530.728 (30,6%) de Moreira Franco. Os números confirmavam a previsão feita pela Rádio Jornal do Brasil em 18 de novembro, três dias depois de o eleitor fluminense comparecer às urnas. A demora na apuração deu o tom épico que faltava para fortalecer o caráter mítico do brizolismo. Mais do que falta de agilidade, a computação dos resultados se revelaria uma tentativa de fraude. (125)

³⁴ No brizolismo, a ideologia pregada era a supervalorização do líder Brizola, o PTB como herança política do Vargas, tendo Brizola como seu maior defensor, e a defesa de um governo que não estivesse atrelado a partidos elitistas nem à burguesia nacional. O alvo da ideologia brizolista eram, sem dúvida, os discursos acirrados em favor das “minorias desprovidas”, que agradavam um público de partidários descendentes do varguismo e seguidores do brizolismo. (SZATKOSKI,2008, p.62)

Ainda assim, ao deixar o Governo, em março de 1987, Brizola faz publicar, nos jornais, um anúncio-documento dando satisfações públicas do andamento do projeto: são 161 CIEPs em aulas, 219 prontos para entrarem em funcionamento e outras 126 em construção ou com as estruturas de concreto prontas para serem erguidas. Prontas e pagas. Os adversários, claro, tentam transformar em fracasso o que seria a maior obra educacional já realizada no Brasil, que resultaria numa área escolar construída maior que toda a Brasília quando de sua inauguração. (BRAGA et al., 2004, p.p.140)

Em 1989, alça voos maiores e se candidata a presidência da República, não logrando êxito. No ano seguinte se candidata e se reelege governador do Rio de Janeiro, sua última vitória eleitoral, depois disso, o que vemos é sucessivas derrotas, que em tese para qualquer outro político seria uma ruína. Não o foi, porque ao longo de sua trajetória enquanto político, tornou-se uma figura mítica na política brasileira. E é por isso, que passados onze anos de sua morte que ocorreu em 21 de junho de 2004, vamos discorrer acerca de seu legado no Alto Uruguai gaúcho, onde analisaremos como foi a repercussão da data, e também apresentaremos alguns fragmentos de entrevistas realizadas ao longo do ano de 2015, com alguns românticos do Brizolismo.

3.1 DEZ ANOS DEPOIS, E O LEGADO DE BRIZOLA

O dia 21 de junho de 2004, foi um dia que entristeceu trabalhadores, trabalhistas e todos aqueles que gostam de analisar a política brasileira do século XX, afinal, talvez, o maior líder trabalhista brasileiro faleceu aos 84 anos de idade, deixando órfãos milhares de trabalhistas / brizolistas. Leonel Brizola, mesmo passando por várias derrotas eleitorais na sua última década de vida, manteve intocado seu status de líder popular. Mas como esse status se encontra atualmente, onze anos após sua morte?

Para SENTO-SÉ (2008)

[...] a morte de Brizola representava o fim de uma era, o último adeus a um tipo de liderança que marcou a política brasileira, mas que se tornava definitivamente, a partir de então, um episódio do passado. (...) Brizola [foi] o último representante de uma linhagem de lideranças políticas gaúchas que se firmaram no cenário nacional vinculadas ao trabalhismo fundado por Getúlio Vargas (SENTO-SÉ, p. 183)

E, a partir deste questionamento, vamos desenvolver o terceiro e último capítulo do presente trabalho. Num primeiro momento, localizamos os jornais do mês de junho de 2014, para localizarmos quais jornais apresentavam conteúdo relacionado ao décimo aniversário de falecimento de Brizola, onde encontramos uma única matéria datada do dia 20/06/14 no jornal

Boa Vista, de autoria do Professor Guilherme Barp intitulada “Dez anos sem a presença de Leonel de Moura Brizola” (Anexo A). Analisando os jornais, localizamos algumas matérias relacionadas ao PDT no pleito que se avizinhava, mas em nenhuma delas encontramos qualquer menção à morte de Brizola.

Devido a esta falta de matérias jornalísticas para análise, voltamos nosso olhar para depoimentos colhidos através da história oral³⁵ no ano de 2015, onde entrevistamos alguns brizolistas que se disponibilizaram em conversar acerca do legado de Leonel Brizola após dez anos de sua morte, sempre filtrando as informações, aplicando um olhar mais técnico e menos ideológico, pois de acordo com MONTAGNER e CUNHA (1996),

Seria ingenuidade acreditar que a representação do passado, que habita na memória do indivíduo ou do grupo, não sofre influências de todo um processo ou contexto tão marcado no presente, por isso se faz importante a necessidade de um trabalho de reflexão e de localização, para que não se perca nunca o elo com o real. Não que se pretenda com isso que o passado seja lembrado tal e qual como se processou no espírito antigo reminescente, mas se deve pretender sim, uma reparição adornada de sentimentos, como se fosse um parto, um dar “luz”, um reconstruir, (Montagner e Cunha, 1996, p.72)

Dito isso, podemos começar a inserir alguns fragmentos das entrevistas coletadas ao longo do ano de 2015. Como veremos, os elementos mais citados e enfatizados pelos entrevistados foi seu trabalho em prol da educação.

3.1.1 Educação

Para o professor e advogado Guilherme Barp³⁶ de 87 anos: “Ele era um fanático da democracia, um fanático da democracia. Mas junto com a democracia, a instrução gratuita e de qualidade para todos, a começar desde o fundamental até o superior.” (BARP, 2015, s/p). Na semana anterior ele tinha publicado um artigo no jornal Boa Vista, e, demonstrando sua veia trabalhista enfatizou: “Meu artigo disse claramente: “Tem que começar no ensino fundamental. De lá pra frente. Tudo parte, o desenvolvimento tudo, parte da educação.” (*ibid*, s/p).

³⁵ [...] a gravação e o processamento de conjuntos de depoimentos de atores ou testemunhas de fenômenos sociais significativos, cujo registro se perderia pela carência ou insuficiência de fontes históricas”.(Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Programa de história oral: catálogo de depoimentos Rio de Janeiro, 1981, p. 19)

³⁶ Guilherme Barp: professor e advogado, natural de Marcelino Ramos/RS, 87 anos, entrevistado em 31, jun. 2015 em Erechim/RS.

Para Aldo Marcolan³⁷, Brizola foi o único governador que realmente pensou na Educação: “Foi o único governador do Estado do Rio Grande do Sul, que eu me lembro, voltado pra educação. Porquê? Por que ele construiu muitas escolas em todo interior do Rio Grande do Sul, aonde chamavam na época, as escolas, de Brizoletas.” (MARCOLAN, 2015, s/p). Ainda para ele, “Olha, o que ele deixou pra gente hoje, foi uma grande educação política. Essa educação política que ele deixou hoje pro povo do Rio Grande do Sul, é ser Honesto e sério.” (ibid, s/p).

Para Nilvo Demarco³⁸ (2015), o impacto do governo Brizola foi ainda maior:

Eu aprendi a ler graças ao Brizola, antes a gente não tinha escola aí construíram a Brizoleta na Linha Araújo, onde a gente morava. Eu e minha irmã Neli nos revezávamos, um dia eu ia pra escola, outro dia ela ia porque o pai e a mãe iam na roça e como nós éramos os mais velhos; um de nós tinha que ficar em casa pra cuidar das gêmeas (Neusa e Nair) que eram pequenas. (, 2015, s/p)

José Pedro Fórmica³⁹ também tece comentários que exaltam o projeto educacional do governo Brizola: “o que eu admiro muito no Brizola é a preocupação com a educação do povo. Lógico, se tu não tem um preparo, como é que tu vai querê.... até escola técnica ele fomentava...” (FÓRMICA, 2015, s/p)

Moacyr Tonial⁴⁰, também ressalta a educação como elemento chave do governo Leonel Brizola, salientando que o progresso estava associado à educação:

Bom, ele o que deixô foi a educação. As Escolinhas do Brizola, foi o que ele deixô. Se o povo tivesse seguido o que ele tinha deixado o Brasil não tava nessa situação né... Porque ele era um homem que queria o progresso mas com educação. Em cada lugarzinho tinha uma Brizoleta. O povo não acreditô. Olha que algum deve tá arrependido, por que a Brizoleta era o que incentivava o povo né, pra se educá né... (TONIAL, 2015, s/p).

Para Paulo Comandulli⁴¹, além de uma conduta sem deslizes, “tu não consegue ver na história, que Brizola roubou, a honestidade, né, tu só lendo e relendo tu vê o quanto ele trabalhou, ele fez pela educação. Ele aspirava a presidência da república pra colocar em prática o maior sonho dele que era dar educação pra todo esse país” (COMANDULLI, 2015,

³⁷ Aldo Marcolan: agricultor e aposentado da Secretaria Estadual de Agricultura/RS, natural de Liberato Salzano/RS, 66 anos, entrevistado em 16, ago. 2015 em Erechim/RS.

³⁸ Nilvo Demarco, agricultor, 66 anos, natural de Três Arroios/RS, entrevistado em 29, jun.2015 em Três Arroios/RS.

³⁹ José Pedro Fórmica: ferroviário aposentado, 67 anos, natural de Viadutos/RS, entrevistado em 20, set. 2015, em Viadutos/RS.

⁴⁰ Moacyr Tonial: aposentado do Ministério da Agricultura, 87 anos, natural de Cotiporã/RS, entrevistado em 28, set. 2015 em Gaurama/RS

⁴¹ Paulo Comandulli: contador, 59 anos, natural de Gaurama, entrevistado em 08, set. 2015, em Gaurama/RS.

s/p)

Ainda, encontramos Nadir Demarco⁴², que relata suas lembranças relacionadas à educação no governo Brizola que lhe marcaram: “o projeto dele de construção das 2.000 escolas, todas no mesmo modelo” foi o que mais lhe marcou, tanto que descreve com detalhes a escola perto de sua casa: “ela tinha a frente voltada pro sol nascente, lembro onde era a sala de aula, onde era o depósito... E tinha a foto do Brizola, que era como um crucifixo...” (2015,s/p). Outra lembrança de Nadir Demarco, que é carregada de simbolismo, e que demonstra a influência do governo Brizola na vida de pessoas comuns:

O Pai era analfabeto, o sonho dele era que os filhos aprendessem a ler e escrever então colocou a gente na escola. Com 9 anos, o pai me levava pra Erechim com ele pra ler o que estava escrito nas placas e os papéis, ou jornais que ele encontrava na rua, ajuntava tudo e depois pedia pra eu ver se diziam alguma coisa sobre o Brizola, se por acaso tivesse, ele levava pra casa e mostrava pra todo mundo. (*ibid*, s/p)

Como pudemos perceber neste item, todos os entrevistados lembram do Governo Brizola pelo seu fomento à educação, o que vem de encontro com o que vimos ao longo dos capítulos 2 e 3, relacionados aos projetos do governo Brizola tanto na prefeitura de Porto Alegre quanto na gestão no Rio Grande do Sul e na do Rio de Janeiro. Quando vemos o “Aprendi a ler graças ao Brizola”, ou “O Pai era analfabeto, o sonho dele era que os filhos aprendessem a ler e escrever então colocou a gente na escola”, vemos o quanto sua figura está atrelada a educação e principalmente, à memória das pessoas que o veem enquanto líder, enquanto uma pessoa que pensava naqueles que encontravam-se nos rincões mais afastados do Rio Grande do Sul.

Outro aspecto que vemos nas entrevistas está relacionado ao período que compreende a Legalidade (1961) e o golpe militar (1964).

3.1.2 Da Legalidade ao Golpe Militar

O período que compreende a Legalidade e o golpe militar também aparecem de maneira recorrente nas entrevistas, principalmente pelo fato de que os entrevistados vivenciaram esse período conturbado da história brasileira. Para BARP (2015): sua participação foi muito importante, principalmente “naquele episódio da Legalidade, entende, sempre defendendo a independência do Brasil. Sempre defendendo os interesses do Brasil.

⁴² Nadir Demarco, agricultor, 62 anos, natural de Três Arroios/RS, entrevistado em 29, jun.2015 em Três Arroios/RS.

Ele não dizia interesses, dizia interesses do Brasil, entende.” (s/p). FORMICA, vai mais além, ao relatar o período da Legalidade:

Eu era guri... aqui tapô de, de... descia os trem um atrás do otro om o pessoal de Santiago, sim... Queria que você visse... As metralhadora em cima dos vagão, uma na locomotiva a vapor, uma no primeiro vagão atrás da locomotiva apontando pra frente e outra na cauda do trem apontando pra trás com dois soldado com as balona ali... (Formica, 2015, s/p)

E ele segue: “E se o Jango não escuta o Brizola, tinha acontecido o que aconteceu em 64, porque eles já tavam preparando. Eles tinham tentado em 54 com Getúlio depois em 61 quando viram que o Brizola levantô o Rio Grande, eles sentaram pra traz.” (*ibid*, s/p), já Comandulli, ressalta a importância do rádio nesse processo:

a importância do rádio no governo do Brizola, coincidentemente quando ele era governador do estado na tentativa do golpe militar de 1961 ele utilizou a Rádio Farroupilha, nos porões do palácio pra mobilizar a população do Rio Grande do Sul, no sentido de que fosse a Constituição cumprida por isso Movimento da Legalidade e ele se aquartelô lá juntamente com toda Brigada Militar e o apoio também de generais do Terceiro Exército né, e ali ele teve papel importante no fracasso do golpe de 61 né, por que ele conseguiu mobilizar o Rio Grande do Sul através da mídia falada, na época né, por que a escrita, a única que que ele conseguia se comunica era na época a Última Hora, que depois passou a ser Zero Hora mas já com outros proprietários, então ele nunca teve espaço na grande mídia (COMANDULLI, 2015, s/p)

Ainda com relação a utilização do rádio no movimento da Legalidade: “[...]ele fez uso da Rádio Farroupilha, na época, né pra conseguir se comunicar com o Rio Grande todo e principalmente com Porto Alegre [...] palácio era pra ser bombardeado e aí quando eles viram todos aqueles civis na frente retrocederam e foi possível debelar o golpe em 61”. (*ibid*, s/p). Com relação ao golpe militar de 1964, relembra:

O governo militar, ele, ele trabalhava através dos professores no sentido de fazer com que demonizar, porque tudo que se colocava o nome do Brizola, já vinham com toda aquela argumentação falsa de que ele era comunista e que comunista comia criancinha, aquela, toda aquela, aquela argumentação própria do governo militar, então não tinha nem o que discutir. (*ibid*, s/p)

Relembra ainda que, “durante a ditadura o que se ouvia dizer é que Brizola teria fugido, mas a grande mídia, ela não noticiava nada, até eu acho que ela era censurada no sentido de que não se falasse dos exilados políticos, principalmente das maiores lideranças políticas, né.”(*ibid*, s/p). Com relação a figura de Brizola: “Então, na época do golpe militar era proibido falar no Brizola e em tantas outras lideranças né, mas especificamente do Brizola

a gente tinha muito pouco conhecimento.”(*ibid*, s/p).

A busca pelas informações, não se davam “na biblioteca do colégio porque não existia, não existia né, mas com pessoas que viveram a época e que eram do antigo PTB, né, eu fui tendo conhecimento da realidade de história.”(*ibid*, s/p).o que lhe suscitava um questionamento: “Como é que um homem que tinha sido eleito Deputado Estadual, prefeito de Porto Alegre, Governador do Estado, ter construído 6.302 escolas, né, quando governador, 1959 à 1961, como é que poderia ser um comunista?”(*ibid*, s/p).

Percebemos ao longo das entrevistas que os entrevistados falavam tranquilamente com relação ao processo que culminou na Legalidade, todavia sentiam um pouco de desconforto ao citar e referenciar a ditadura militar.

3.1.3 A Figura Histórica

É inegável que a figura de Leonel Brizola esteja inserida na história política do Brasil. Ela foi capaz de ditar rumos, “por que quando Brizola falava, (sempre lembro) quando ele dizia que o caminho era aqui, que não era por aí, tu podia ter certeza que era exato. Muita inteligência.” (MARCOLAN, 2015, s/p). De maneira que todos aqueles que eram seus aliados se rendiam e seguiam suas diretrizes, afinal, “era uma pessoa que tinha muita inteligência, uma pessoa que conhecia política, e ele transmitia pro povo. Principalmente pros seus companheiros, que era por aí o caminho.”(*ibid*, s/p)

Sua popularidade e aceitação se deu principalmente pela trajetória ascendente que teve em sua vida, como vemos no trecho abaixo, extraído da entrevista de Paulo Comandulli:

Mas você veja bem, quem nasceu, né, na pobreza num dos estados mais ricos do Brasil e saiu de casa, né com um nome, né, que em casa ele era Itagiba e depois ele se auto-batizou como Leonel, né, ele saiu de casa trabalhou como carregador de mala, como açogueiro, né, como engraxate, né, um monte de coisa né, e conseguiu se formar engenheiro civil, né, ter a carreira política que ele teve, né, é uma coisa assim... espantosa. (COMANDULLI, 2015, s/p)

Outro elemento que encontramos, na mesma entrevista, faz menção a adoção da figura de Leonel Brizola enquanto pessoa intocável, “Eu conheço famílias aqui que se você for lá e fala mal do Brizola tenho certeza que vão te expulsa, expulsa não por que são educados, mas vão te convidar pra que você saia... né.” (*Ibid*, s/p). Ele ainda relembra que não havia motivos individuais para explicar o ódio à sua figura, o que era visto, era uma força tarefa da ditadura para denegrir sua imagem, “E o pessoal que odiava o Brizola, não havia, assim, um motivo.

Pela, o que o governo militar fez, doutrinação, colocou na cabeça das pessoas né, do que o Brizola seria, mas o que colocou é aquilo que convinha a eles né.” (*Ibid*, s/p).

Formica, relata que a igreja também olhava com desagrado para Leonel Brizola:

Ah, sim... Com certeza. O povão, o povão gostava do Brizola. Ele era uma pessoa humilde, até o jeito dele falar, as comparação assim, tinha tudo um jeito assim, ele falava com o povo. E os que tinham ódio dele, imagina... Os que até hoje tão por aí ainda, como se diz assim... A igreja, os padre tinham raiva dele, né, porque ele não gostava de padre também, né, porque os padre exploravam o povo, eles eram contra a reforma agrária, porque tirava a terra dos colono, mas não era assim... Tirava dos poderoso, dos grande, não dos cara que tinha 25 – 30 hectare, então tem gente que meu Deus do céu, não pode nem ouvi falá dele. Porque foram criado naquele sistema, tu pega um bicho, pode ser selvagem, tu doma ele, mas o povo não entende. (FORMICA, 2015, s/p)

“Por que eu conheci muita gente que depois que conheceu Brizola passou a dar razão a ele” (Comandulli, 2015,s/p). Ou seja, enquanto líder popular, ele tinha a capacidade de reunir ao seu redor pessoas que possuíam afinidades ideológicas, bem como curiosos, que ao conhecerem mais de perto, acabavam simpatizando com a figura, mesmo que não se tornassem brizolistas ou trabalhistas, nutriam respeito a tudo aquilo que ele realizou enquanto figura pública. Para BALDISSERA (2005),

Brizola tinha milhares de seguidores que, conscientes ou não do delicado momento político e das possíveis implicações da adesão a proposta numa época de intensa campanha anticomunista e de enfrentamento com as forças da direita, passaram a formar os Grupos de Onze. Muitos, vivendo em lugares de difícil acesso, em áreas rurais, de baixa ou nenhuma escolaridade – o que era muito comum no Brasil nessa época - tinham apenas um objetivo: seguir as determinações do líder, sem qualquer questionamento (Baldissera, p.17)

Neste sentido, podemos levantar um outro questionamento, quem seria o seu herdeiro político, seria algum membro de sua família? Algum político do PDT ou de outra sigla?

3.1.4 Herdeiros Políticos

Quem é o seu herdeiro político? Essa questão foi a que trouxe mais divergência entre os nossos entrevistados, para Barp e Comandulli, não existe ninguém no horizonte, Tonial acreditava na figura de Alceu Colares, para Marcolan, o senador Cristóvão Buarque é “o cara” (2015, s/p). Um detalhe interessante, é que estes brizolistas não fazem menção a nenhum dos netos de Leonel Brizola que atuam na política brasileira⁴³.

⁴³ Jualiana Brizola está em seu segundo mandato na AL do Rio Grande do Sul. É militante do PDT, é irmã de

Tonial, “eu até acreditava no Colares, mas ele não deu certo. Ele foi meio traiçoeiro, não é... Ele se vendeu pro PT, lá por um emprego... E me disseram que agora vai ser candidato a prefeito de Porto Alegre...”(2015, s/p). Vemos que o maior problema relacionado a Colares seria o fato de ele estar coligado com o Partido dos Trabalhadores: “E até hoje, nem sei se votaria nele, porque ele foi um político que o povo acreditava, mas na última eleição se vendeu pro PT lá, quando...”(ibid. s/p), e segue: “ele não seguiu as normas do PDT e ele se vendeu pra um emprego na Petrobrás... não sei aonde... Um cargo... Ele não saiu do PDT, mas ele não foi fiel. Eu desacreditei.” (ibid, s/p), cabe mencionar aqui, ou melhor relembrar que em 1989, Leonel Brizola apoiou o Partido dos Trabalhadores no segundo turno das eleições presidenciais, e que em 1998, Brizola foi o vice de Lula do Partido dos Trabalhadores naquela eleição presidencial. Podemos constatar que seu desacreditar em Colares se dá muito mais pela onda anti petista do que por qualquer outra coisa.

Para Formica, “o Lula aí, que até parecia que no começo assim, ele pegô mais uma linha parecida com a do Brizola. O Lula, depois que o PT assumiu, assumiu uma posição mais popular, mas agora já vem a Dilma”(FORMICA, 2015, s/p). Tendo em vista que estas figuras não seriam capazes de suprirem a carência de um Brizola, “então.... pra substitui o Brizola, acho que nunca mais, nunca mais”(ibid, s/p.)

Já para Marcolan, “a única pessoa que poderia substituir, que tem uma inteligência, uma seriedade que tu observa quando tu... quando ele vai falar, que é um homem de seriedade, é Cristóvam Buarque.” (2015,s/p). E segue: “O Senador Cristóvam Duarte⁴⁴ é o mesmo perfil que Leonel de Moura Brizola, é o mesmo perfil. Esse homem, seria um homem que deveria ser o Presidente da República, porque ele tem muita inteligência. Uma pessoa calma, sério, honesto” (2015, s/p). Ou seja, quando ele fala o mesmo perfil, ele se refere a também ao fato do referido político ter sido Ministro da Educação no governo Lula e por levantar as bandeiras da educação.

Para os irmãos Demarco, a figura que mais se aproxima de Brizola é a do ex presidente Luis Inácio Lula da Silva. Para Guilherme Barp:

Com toda honestidade. Eu não vejo, mas não vejo mesmo. Nem no âmbito federal, nem no âmbito municipal, nem estadual. Eu não vejo uma pessoa que tenha em Leonel Brizola a característica, o valor, o alcance dele. Não vejo ninguém. Com sinceridade. Não tem ninguém que desponta como uma voz que oriente, não vejo ninguém que seja um sinuelo pra conduzir este país para o desenvolvimento. Agora

Brizola Neto (ex deputado federal e ex ministro do trabalho) e Leonel Brizola Neto (vereador no Rio de Janeiro pelo PSOL).

⁴⁴ Grifo nosso, o entrevistado acabou por trocar o sobrenome do senador do Distrito Federal Cristovam Buarque.

tô com quase 87 anos, mas não vi alguém que tenha o figurino de um Brizola vendo o desenvolvimento e o bem do povo. (BARP, 2015, s/p)

Na mesma esteira:

Olha, o Brasil perdeu, na minha opinião, o maior homem público. O carisma dele, tudo que te relatei, as realizações, só que infelizmente, hoje não há expectativa nenhuma que venha surgir outra pessoa como Brizola, né. E, é muito jogo de poder né, todo mundo quer trabalhar pra si, e não pelo coletivo, pelo bem do nosso estado, pelo bem do nosso país, pelo bem da população. Hoje tá todo mundo preocupado com a individualidade e tá aí o que tá acontecendo. Eu uso muito a expressão que não me lembro quem foi que disse né... O Brizola foi um político de mãos limpas. Não que ele as tivesse lavado, mas porque nunca as sujou né. (COMANDULLI, 2005, s/p)

Aldo Marcolan, também tece inúmeros a pessoa de Brizola,

pra mim, sempre foi uma pessoa admirável, é uma pessoa, era uma pessoa, porque hoje ele não existe mais, só existe a memória dele. Essa memória do Brizola ela não sai nunca. O Brizola, na memória, ele existe sempre né. Porque a única pessoa que eu conheci, né, que entrou no meu coração até hoje foi esse homem que chama-se Leonel de Moura Brizola.” (MARCOLAN, 2015,s/p)

Para nossos entrevistados, não existe um consenso acerca dos herdeiros políticos de Leonel Brizola, alguns nomes foram levantados, mas nem de longe são capazes de equiparar a terça parte de tudo aquilo que ele foi ao longo de sua vida política.

3.1.5 O Legado

Como vimos, ao longo do capítulo, a trajetória de Leonel Brizola é repleta de eventos que o alçaram a um patamar de líder político indiscutível, e que sua morte deixou milhares de pessoas órfãs de uma liderança capaz de conduzir o país rumo à um desenvolvimento justo. Já passaram-se onze anos de sua morte e nenhum novo líder despontou para fazer frente à sua figura, o que nos leva a crer que seu legado ainda permanece na memória dos cidadãos, sejam eles brizolistas ou não.

Guilherme Barp, ao ser questionado do legado deixado por Brizola, caiu novamente na área da educação:

Olha, o legado principal que Brizola deixou é a independência individual através da educação. Por que se você for educado, você sabe respeitar o próximo, você sabe se comportar na sociedade. Se comportar, não é hoje que eu sô isso, sô aquilo. Não. Através da educação você sabe conviver, você sabe viver, você sabe encontrar trabalho em qualquer parte do país. (BARP, 2015, s/p)

E, optou por criticar aquele que deveria ser também, um dos maiores legados dele:

O trabalhismo lamentavelmente hoje tem o Partido Trabalhista Brasileiro que não é o Partido Trabalhista fundado por Getúlio Vargas, João Goulart, Pasqualini, Leonel de Moura Brizola. Não é este que está aí. Este que está aí, me perdoe, quem for do PDT, PT, mas não é o trabalhismo que Alberto Pasqualini construiu, que fez a verdadeira doutrina trabalhista. É fundamentalmente proteger o trabalhador, mas instruindo-o. [...]Claro que isso demanda tempo, não é de uma hora pra outra, tem que começar lá embaixo. (ibid, s/p)

Todavia ressalta que ele deve ser considerado “verdadeiramente um Herói Nacional. [...]Merece esse título porque ele lutou pela democracia. Em 64 ele lutou pela democracia em 61 pela democracia[...]” (ibid, s/p). Nesta mesma linha, Moacyr Tonial:

Mais foi um dos maiores líderes nacionais. Hoje o povo acha que o Brizola devia tá... que se o Brizola tasse vivo hoje, eu queria vê esses bandido que tem lá encima... Porque ele sendo companheiro que não acompanhasse ele, ele expulsava, não tinha medo. Mas ele foi... Foi uma perda muito grande a morte do Brizola, ele devia tá vivo ainda né... Mas tem pouco que tá acompanhando o serviço dele. Tem aquele senador de Brasília, agora não me lembro o nome... O senador de Brasília do PDT, ele é professor, mas eu....Aquele tem as ideia do Brizola, mas... tem as ideia do Brizola...(TONIAL, 2015,s/p)

Tonial, também relata com um pouco de tristeza que ao longo dos anos devido as sucessivas mudanças de endereço sua “coleção” de documentos sobre Brizola foi se extraviando:

Olha, eu tinha até jornal guardado do Brizola e tal... Depois foi mudado de casa, mudança e tal, não me lembro mais onde deixei né... mas eu tinha todos... as relações, o que ele falava, quando vinha aquele jornalzinho... vinha o jornal do PTB, era o “Clarín”, então vinha aquelas reportagem do Brizola e eu guardava... mas depois nós fizemos diversas mudança e foi extraviando e perdi tudo, e até hoje tô meio arrependido de não tê guardado né... (TONIAL,2015, s/p)

Já José Formica, detém seu olhar para as obras realizadas pelo governo Brizola no Rio Grande do Sul:

Olha, eu acho que... obra, ele fez tanta obra... Aços Finos Piratini... mas Só que depois que os cara derrubaram ele, que acabaram em 64, que acabaram com o projeto do Jango... aí o Brasil se foi. No tempo de ditadura recuou, recuou, recuou e até hoje não conseguiu recupera. Então Brizola fazia... Meu Deus do céu, tanta coisa que esse homem fez... Até a Legalidade mesmo... (FORMICA, 2015,s/p)

E encerramos, com o depoimento de Paulo Comandulli, que poeticamente trata o legado de Brizola como um elixir:

O legado que ele deixou, né, sintetizando tudo isso, é que vale a pena lutar por aquilo que a gente sonha. Ele sempre dizia que ele era uma gota de orvalho no deserto, né, então, a perseverança, a honestidade e o amor pelo Brasil é o grande legado que o Brizola deixa, né, pra todos os brasileiros. Infelizmente são poucos que conhecem a história do Brizola, mas eu, a cada sessão da câmara, né, e não tem como tu esquecer, a data do, que ele nos deixou, eu tenho feito um pronunciamento relatando a vida dele e as realizações dele pra que mais pessoas possam pelo menos ter um pouquinho mais de, de conhecimento. Não são muitos, mas sabe que a semente sempre frutifica. (COMANDULLI, s/p)

Como podemos perceber, o legado de Brizola passados onze anos de sua morte, ultrapassa as linhas das obras públicas, das escolas e da boa política, atingindo a memória e o coração daqueles que viram em sua figura, um exemplo a seguir, um trabalhador que desde muito cedo lutou para conquistar seu espaço, ter uma profissão e que ao prosperar não fechou os olhos para os problemas sociais que estavam no horizonte de sua vida enquanto político.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atualmente no Brasil, algumas pessoas encontram o terreno ideal para alavancarem sua popularidade e por consequência transformarem sua liderança e círculo de amizades em votos para cargos eletivos. O que vemos, é que nem sempre, os interesses dessas pessoas vão de encontro aos da coletividade. Elas fazem “política” por status, por dinheiro ou mesmo para representar os grandes grupos econômicos que patrocinam campanhas em busca de ganhos futuros.

Para ROSANVALLON (1996), “O político não é uma “instância” ou um “domínio” entre outros da realidade: ele é o local onde se articulam o social e sua representação, a matriz simbólica na qual a experiência coletiva se enraíza e se reflete ao mesmo tempo.” (p. 30)

A sociedade é carente de lideranças positivas e se apega a figuras que trazem um sopro de mudança, sendo comum, jogadores de futebol, cantores, subcelebridades atores/atrizes, lançarem-se na política e, em muitos casos, elegerem-se. O sistema democrático brasileiro permite através da proporcionalidade que candidatos como “Tiririca”, arrastem vários outros candidatos com votações minúsculas à Câmara Federal.

Estes novos “heróis” que em tese, deveriam ser “símbolos poderosos, encarnações de ideias e aspirações, pontos de referência, fulcros de identificação coletiva” (CARVALHO, 1990, p.55) da nação, nem de longe, o são.

Neste sentido,

Se o político é uma construção abstrata, assim como o econômico ou o social, é também a coisa mais concreta com que todos se deparam na vida, algo que interfere na sua atividade profissional ou se imiscui na sua via privada... [Entretanto] o historiador do político não reivindica como objeto de sua atenção preferencial essa hegemonia; não pretende que tudo seja político, nem terá a imprudência de afirmar que a política tem sempre a primeira e a última palavra, mas constata que o político é o ponto para onde conflui a maioria das atividades e que recapitula os outros componentes do conjunto social. (REMOND, 1996, p.16)

As grandes lideranças políticas brasileiras estão se encaminhando ou já se encaminharam para as páginas de obituário dos jornais, e este espaço que está vago, não está sendo preenchido. Os critérios estabelecidos atualmente para o preenchimento destes postos, não são condizentes às necessidades sociais e políticas do Brasil.

Antigamente, esta construção se dava através de uma matriz ideológica (independentemente do “lado”), e de figuras que construíam uma trajetória longa de

militância política e trabalho – uma boa parcela desses políticos possuía uma condição financeira que ajudava sua entrada na política.

Leonel Brizola, no momento de sua morte, foi alçado à categoria de um nome ligado às lutas pela democracia no Brasil. A meu juízo, portanto, a imagem mais recorrente e forte de sua presença política, a imagem que se escolheu fixar para ser especialmente lembrada, foi a do defensor da legalidade institucional, através do episódio de 1961, de luta pela posse do presidente João Goulart. Foi então que Brizola emergiu como uma figura de líder incontestado: corajoso e guardião dos valores democráticos. (...) O funeral, como uma data comemorativa – que faz lembrar –, não encontra sua justificativa no passado, mas no presente; não somente naquele que é lembrado, mas também naqueles que estão lembrando. Por conseguinte, os funerais e todo e qualquer ritual cívico operam com os valores que se querem guardar em determinado momento do tempo e do espaço. (GOMES, 2004, p. 15)

Todavia, sua influência é completamente diferente daquela que vemos nos políticos do século XXI. Brizola galgou degrau por degrau em sua trajetória, desde o dia em que saiu ainda menino do interior de Carazinho para aventurar-se na capital, tendo como fruto de seu trabalho uma profissão e uma carreira política incontestada que não foi maior, porque não conseguiu se eleger presidente da República.

Quando nos propomos a levantar o legado depois de sua morte, ficamos relativamente desapontados por termos encontrado apenas uma única matéria fazendo menção aos dez anos de sua morte. Sendo necessário que enveredássemos então para a história oral e buscássemos pessoas que tiveram contatos com o Brizolismo, com o Trabalhismo e com a figura pública Leonel de Moura Brizola, com o intuito de entender qual o impacto dele em suas vidas, bem como, de que maneira isso estaria presente onze anos após sua morte.

Percebemos no curso das entrevistas, que todos têm traços comuns no discurso que os interligam mesmo sem se conhecerem, falam da educação, da construção das brizoletas, da honestidade, do homem do povo, da infância pobre e, falam com paixão que ele era a esperança do povo. Ele era visto como herói, mesmo por aqueles que não tinham uma consciência política apurada, provavelmente por ser ideologicamente afinado a Getúlio Vargas (normalmente o herói de seus pais). E todos, ainda levam consigo uma das ideias centrais de Brizola, que o crescimento e o desenvolvimento só acontecem a partir da educação.

Outro aspecto interessante, é que ouviam os pronunciamentos do Brizola reunidos nas casas dos vizinhos nas sextas a noite. Eles lembram com saudade de sua figura, e acreditam que não exista alguém que possa assumir um protagonismo político nos moldes de Brizola. Em suma, Brizola ainda vive nos corações daqueles que vivenciaram direta ou indiretamente sob a égide de seu trabalho.

REFERÊNCIAS

ABREU, Maurício de Almeida. **SOBRE A MEMÓRIA DAS CIDADES**. 1998. Disponível em: <http://www.revistaterritorio.com.br/pdf/04_2_abreu.pdf>, acesso em: 05.ago.2015.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. Editora Companhia das Letras, 2008.

ARAÚJO, Ricardo Benzaquen. **História e Narrativa**. In: MATTOS, Ilmar Rohloff (org.). **Ler e Escrever Para Contar: Documentação, Historiografia e Formação do Historiador**. Rio de Janeiro: Access Editora, 1998.

BALDISSERA, Marli. **Onde estão os grupos de onze? Os comandos nacionalistas na região do Alto Uruguai**. Passo Fundo: UPF, 2005. p.17.

BARROS, José D.'Assunção. **História Política-Dos objetos tradicionais ao estudo dos micropoderes, do discurso e do imaginário**. Revista Escritas Curso de História de Araguaína, v. 1, 2015.

BODEA, Miguel. **Trabalhismo e populismo no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, Ed. da Universidade/UFRGS, 1992.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade - lembranças de velhos**. 3ed. São Paulo: Cia das Letras, 1994.

BRAGA, Kenny; SOUZA, João B. de; DIONI, Cleber; BONES, Elmar (coord.). **Leonel Brizola: Perfil, discursos, depoimentos (1922/2004)**. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do RS, 2004.626p. Série perfis parlamentares.

BRUSCHI, Messias Augusto, **1961: O Surgimento de um Herói na Memória do Povo de Gaurama e Viadutos**. Trabalho de Conclusão de Curso, URI Campus de Erechim, 2007.

CARVALHO, José Murilo de. **A Formação das Almas: o imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Programa de história oral: catálogo de depoimentos Rio de Janeiro, 1981

CHACON, Vamireh. **História dos partidos brasileiros: discurso e práxis do seu programa**. 2. ed. Brasília: Ed. da UnB, 1985.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **História oral e narrativa: tempo, memória e identidades**. Historia oral, v. 6, p. 9-25, 2003. Disponível em: <https://moodle.ufsc.br/pluginfile.php/819734/mod_resource/content/1/DELGADO,%20Lucilia%20E2%80%9320Hist%C3%B3ria%20oral%20e%20narrativa.pdf>, acesso em 03,jul.2015.

_____. **PTB: do getulismo ao reformismo (1945-1964)**. São Paulo: Marco Zero, 1989.

D'ARAUJO, Maria Celina. **Getulismo e trabalhismo**. São Paulo: Ática, 1989.

_____. **Getúlio Vargas**. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2011. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/7264/getulio_vargas.pdf?sequenc e=2>. Acesso em: 18, out.2015.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 29 de janeiro de 1963, Números que Refletem o Extraordinário Esforço do Governo Leonel Brizola, p. 07)

EGLER, Claudio AG. **Questão regional e gestão do território no Brasil. Geografia: conceitos e temas**, v. 3, p. 207-238, 1995.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **História do tempo presente: desafios**. Cultura Vozes, Petrópolis, v. 94, n. 3, p. 111-124, 2000. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/517.pdf>, acesso em 17, nov.2015.

FICO, Carlos, POLITO, Ronald. **A história no Brasil; elementos para uma avaliação historiográfica**. Ouro Preto: UFOP,1992.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

_____. **A ordem do discurso**. 11. ed. São Paulo: Loyola, 2004.

GOMES, Ângela Maria de Castro. **Política: história, ciência, cultura etc**. Revista Estudos Históricos, v. 9, n. 17, p. 59-84, 1996.

_____. **Brizola e o trabalhismo. Anos 90**, v. 11, n. 19, 2006. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/anos90/article/download/6349/3800>>. Acesso em: 14,out.2015.

_____; FERREIRA, Jorge. **Jango: as múltiplas faces**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

GOULART, Jorge Salis. **A Formação do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, Martins Livreiro, 1985.

GOULART, Antonio. **As tiradas do Doutor Brizola: o lado folclórico e carismático de um líder político**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2006. p.58.

GRIJÓ, Luiz Alberto. Alberto Pasqualini: **o teórico do trabalhismo**. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Org.). **Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1999.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: D, P & A Editora, 2003.

JULLIARD, Jacques. “A Política” in LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre. **História – novas abordagens**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

LESSA, Renato. **Dois legados que mudaram o país.** O Globo, p.12, 22 ago. 2004. Caderno Especial Getúlio Vargas.

LE GOFF, Jacques. **Memória - História.** Lisboa: Imprensa Oficial/ Casa da Moeda, 1984.

LEITE FILHO, Francisco das Chagas. **El caudillo: Leonel Brizola: um perfil biográfico.** São Paulo: Aquariana, 2008.

LOWENTHAL, David. **Como conhecemos o passado.** Projeto História. São Paulo: EDUC, 1998.

LÔBO, Lúcio Gusmão, **O verdadeiro trabalhismo.** Brasília: Thesaurus, 2005,

MENEZES, Ulpiano Bezerra de. **A história cativa da memória? Para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais.** Revista Instituto de Estudos Brasileiros, São Paulo, 1992.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. **O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil, 1961-1964.** Rio de Janeiro: Revan, 2001.

MONTAGNER, Rosângela; CUNHA, Jorge Luiz da. **História Oral para a História da Educação.** Santa Maria: UFSM, v.21, n.2: 68-78. Jul/dez 1996.

MORAES, Ana. **A História de vida e autoformação de professores: alternativa de investigação do trabalho docente.** Revista Pro-Posições, v. 15, n. 2 (44) - maio/ago. 2004.

MURADAS, Jones. **A Geopolítica e formação territorial do sul do Brasil.** Porto Alegre: UFRGS, 2008.

NEVES, Margarida de Souza. **História e Memória: os jogos da memória.** In: MATTOS, Ilmar Rohloff (org.). **Ler e escrever para contar: documentação, historiografia e formação do historiador.** Rio de Janeiro

NORA, Pierre. 1997 [primeira edição de 1984 à 1992]. **Lieux de mémoire**, “quarto”, v. 2. Paris: Gallimard.

OFFERLÉ, M. **Les Partis Politiques.** Paris: PUF, 1987.

OLIVEN, Ruben G.(1) **A parte e o todo: a diversidade cultural no Brasil-Nação.** Petrópolis: Vozes, 1992.

_____. (2) **O Rio Grande do Sul e o Brasil: uma relação controversa.** Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 3, n. 9, p. 5-14, 1989.

PANDOLFI, Dulce. **Repensando o Estado Novo.** Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas 1999.

PASQUALINI, Alberto. **Bases e sugestões para uma política social.** Porto Alegre: Globo, 1948.

_____. **O pensamento político de Alberto Pasqualini**. Assembleia Legislativa, 2005.

PEREIRA, Jayme da Costa. “**Discurso de posse**”. Porto Alegre: Correio do Povo, 05/03/1936, p. 10. In: SIMON, Pedro (org.), Alberto Pasqualini – obra social & política, vol. I. Brasília: Senado Federal, 1994, p. 119-120.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **A República Velha gaúcha: charqueadas, frigoríficos, criadores**. Porto Alegre: Movimento/IEL, 1980.

_____. **Borges de Medeiros: Rio Grande político**. 2. ed. Porto Alegre: IEL, 1996.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Com a palavra o senhor presidente José Sarney: o discurso do Plano Cruzado (ou como entender os meandros da linguagem do poder)**. São Paulo: Hucitec, 1989

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio**. Revista Estudos Históricos, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

PORTELLI, Alessandro. “**O massacre de Civitella Val di Chiana: mito, política, luto e senso comum**”. In: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína (orgs.). **Usos & abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.

POULET, G. **O Espaço Proustiano**. Rio de Janeiro: Imago, 1992.

QUADROS, Claudemir de. Brizoletas: A Ação Do Governo de Leonel Brizola na Educação Pública do Rio Grande do Sul (1959-1963). Revista Teias, v. 2, n. 3, p. 12 pgs., 2007. disponível em: < <http://periodicos.proped.pro.br/index.php/revistateias/article/view/56/58>>, acesso em: 20, nov.2015.

RICOEUR, Paul. **História e verdade**. Rio de Janeiro: Forense, 1968.

_____. “**Entre mémoire et histoire**”. In Projet. Paris: número 248, 1996

RÉMOND, René. **Uma história presente**. In: RÉMOND, René (org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.

ROSANVALLON, Pierre. **Por uma história conceitual do político**. Revista HistóriaUNESP, v. 15, 1996.

RÜSEN, Jörn. **Some Theoretical Approaches to Intercultural Comparative Historiography**. History & Theory, v. 35, n.4, p. 5-22, 1996.

SANTOS, Myrian Sepulveda. **Memória Coletiva e Teoria Social**. São Paulo: Anablumme, 2003.

_____. **Sobre a autonomia das novas identidades coletivas: alguns problemas teóricos**. Revista Brasileira de Ciências Sociais. São Paulo, out. 1998, v.13, n.38.

SENTO-SÉ, João Trajano. **Brizolismo: estetização da política e carisma**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1999.

_____. **A era do líder popular**. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). **A força do povo: Brizola e o Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Alerj, CPDOC/FGV, 2008.

SILVA, Hélio; CARNEIRO, Maria Cecília Ribas. **Vargas**. L & PM Editores, 1980.

THIESSE, Anne-Marie. **A criação das identidades nacionais**. 1 ed. Lisboa: Temas e Debates, 2000,

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

VALÉRY, Paul. **Del'histoire**. In: **Regards sur lê monde actuel**. Ouvres II. Paris: Bibliothèque de la Pléiade, 1960.

VARGAS, Getúlio Dorneles. **Carta Testamento**. Rio de Janeiro, 23/8/1954. Disponível em: <<http://www.culturatura.com.br/dochist/Carta%20Testamento%20-20Getlio%20Vargas.pdf>>, Acesso em: 18, out. 2015

VERÍSSIMO, Érico. "**Um romancista apresenta sua terra**". In: **Rio Grande do Sul. Terra e Povo**. Porto Alegre, Globo, 1969.

VILAR, Pierre. **Sobre nações e nacionalismo**. Cadernos de Opinião, Cadernos de Opinião Rio de Janeiro: Paz e Terra, n. 13, 1979

WILLIAMS, Raymond. **Palavras-chave: um vocabulário de cultura e sociedade**. São Paulo: Boitempo. 2007.

ANEXO A – Artigo: Dez Anos sem a presença de Leonel de Moura Brizola

Dez anos sem a presença de Leonel de Moura Brizola

Guilherme Barp

Dia 21 de junho próximo, completar-se-ão dez anos do falecimento do grande defensor e mentor de uma educação de qualidade e gratuita para todos, porque, como Governador do Rio Grande do Sul e do Rio de Janeiro, mostrou com atos administrativos, construindo 6.300 escolas no primeiro Estado, e no segundo edificando os famosos e incomparáveis CIEPs, onde a criança entra de manhã e sai à tarde com toda a assistência educacional, psicológica e alimentar.

Isso, sim, é eleger a educação como a espinha dorsal de um governo que visa chegar ao patamar de países do primeiro mundo e não como estão agora andando como moscas tontas à procura de qual é o melhor caminho para encontrar a felicidade, o desenvolvimento e o progresso de um povo.

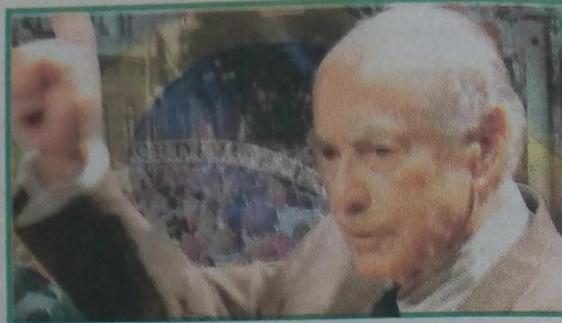
Não sei por que ainda não se deram conta de que sem educação não se chega nunca a lugar nenhum.

Podem fazer o que quiserem, já se disse um milhão de vezes, que sem educação não há salvação para um povo que procura um lugar ao sol e ter uma vida simples, mas feliz junto com sua família e na sociedade onde reside.

Não apareceu, até o momento, um político que ombreasse, em matéria de educação, ao visionário e conhecedor do mundo da tecnologia e do desenvolvimento global contemporâneo como Brizola.

Aliás, a educação nunca foi um compromisso de todos os nossos governantes, desde a fundação da Vila de São Vicente, no litoral paulista, por Martim Afonso de Sousa, em 1530. Porque naquela ocasião já se pensou em construir, sim, uma cadeia, mas não uma escola. Logo, não é de hoje que a educação está abandonada e o professor esquecido pelos nossos governantes. Basta dizer que até 1930, não existia o Ministério da Educação e, assim mesmo, quando ele foi criado por Getúlio Vargas naquele ano, foi instituído juntamente com a saúde, tornando-se Ministério da Educação e Saúde.

Vejam bem, sempre dando preferência à Educação, porque esta, sendo ministrada adequadamente, previne que o cidadão vá para o hospital. Foi daí que nasceu, no âmago de Leonel de Moura Brizola, o convencimento de que somente com educação se salva um povo, porque o torna livre e com



capacidade de procurar um emprego e desempenhá-lo com qualidade.

Hoje, não resta dúvida de que houve um avanço, quando se oportunizou a todos, indistintamente de sua situação econômica ou social, ocasião de estudar em univer-

sidades no exterior e não como era antes, que só os filhos de ricos, de Senadores, de Deputados ou de altos funcionários públicos eram escolhidos para estudar fora, como era, aliás, no tempo do Brasil Colônia, durante o Império e no começo da República e, por que não, até a década de 1990.

A elite que nos governou de 1500 até o ano de 2002 pensava primeiro em si, depois no progresso do país e somente depois pensava na educação do povo mais rico, porque o pobre era deixado em sua ignorância, quando chegamos a ter até 40% ou mais de analfabetos na década de 1940 do século passado. A ignorância era tanta que até 1943 cada um escrevia como bem entendia e de acordo por quem ele tinha sido alfabetizado, se por um professor formado em Lisboa ou na Sorbonne.

Era uma verdadeira balbúrdia em nossa escrita, até que surgiu a grande reforma ortográfica oficial através do Decreto-lei Federal nº 5.186, de 13 de janeiro de 1943, que ainda não foi, por incrível que pareça, adotada pelos saudosistas aqui no "Campo Pequeno". Porém um dia a verdade brotará com a bandeira de um só vencedor, a cultura, sem nenhum derrotado. Mas Brizola adiantou-se no seu tempo, elegendo como espinha dorsal de sua administração a educação, porque sem ela dizia que não há salvação.

Hoje esse político, homem público e dotado de uma envergadura ética sem par, não está mais entre nós há dez anos e deve estar tremendo no túmulo, quando se vê por toda parte explodindo escândalos de toda ordem, deixando de lado a educação e ao desamparo o professor, que é o componente do exército mais qualificado que um governante tem em suas mãos.

Professor e Advogado